

**UNIVERSIDADE DE ÉVORA**



**DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE EMPRESAS**

**MESTRADO EM GESTÃO DE EMPRESAS**

**FINANÇAS EMPRESARIAIS**

**AJUDA EXTERNA E CRESCIMENTO ECONÓMICO – O *MILLENNIUM***

***CHALLENGE ACCOUNT* EM CABO VERDE**

**Dissertação de Mestrado sob Orientação do Professor Doutor Carlos Vieira**

**CARMEM TAVARES**

**ÉVORA, 2009**

**CARMEM MARIA CUNHA TAVARES**

**Departamento de Gestão de Empresas**

**Orientador: Professor Doutor Carlos Vieira**

**Data: Abril de 2009**



169 831

**AJUDA EXTERNA E CRESCIMENTO ECONÓMICO – O MILLENNIUM**

**CHALLENGE ACCOUNT EM CABO VERDE**

## **AGRADECIMENTOS**

Apesar do carácter individual deste trabalho, a sua realização contou com o pronto apoio de algumas pessoas e entidades, aos quais não podia ficar sem deixar umas palavras de agradecimento.

Em primeiro lugar queria agradecer os meus pais, pelo apoio financeiro e pela força e incentivo com que sempre pude contar, sem os quais, a realização do presente trabalho seria uma tarefa praticamente impossível e também aos meus irmãos pela força e pelas palavras de encorajamento que nunca faltaram.

Também agradeço ao Professor Doutor *Carlos Vieira*, pela orientação, pelos ensinamentos, pelas palavras de apoio e pela sempre pronta disponibilidade que demonstrou ao longo de todo o curso e em particular na realização deste trabalho.

De igual forma agradeço ao Banco de Cabo Verde, ao Banco Central de Portugal e ao Instituto Nacional de Estatísticas de Cabo Verde pela disponibilização dos dados e documentos que tornaram possível conseguir alcançar os objectivos propostos neste trabalho de investigação.

Também queria deixar umas palavras de apreço ao Senhor *Laurent Mehdi Brito*, Director do programa *Millennium Challenge Account* em Cabo Verde pela pronta disponibilidade mostrada em esclarecer quaisquer dúvidas que foram surgindo em relação ao referido programa.

À Universidade de Évora em geral, pelo acolhimento e a todos os professores do curso de mestrado em gestão de empresas da edição 2006/2007 em particular.

A todos os colegas e amigos com quem pude debater o tema em questão, e a todos aqueles que de uma forma ou de outra me incentivaram e mostraram o seu ponto de visto acerca do assunto.

E por fim, a todos os que de uma forma directa ou indirecta prestaram o seu auxilio, e deram apoio moral durante o período da realização desta dissertação um muito obrigado.

## **Ajuda Externa e Crescimento Económico – O *Millennium Challenge Account* em Cabo Verde**

### **RESUMO**

A discussão sobre a questão da efectividade da ajuda externa já dura há décadas. Se por um lado estão estudos que consideram que a ajuda externa tem um impacto positivo no crescimento económico, por outro estão aqueles que concluíram que os fluxos de ajuda apenas contribuem para aumentar a corrupção, a pobreza e perpetuar maus governos.

Este trabalho de investigação discute a questão da efectividade das ajudas externas no caso concreto de Cabo Verde. O país passou recentemente a beneficiar de um novo programa de ajudas externas, o *Millennium Challenge Account*, pelo que é pertinente perceber se os fluxos de ajudas externas, em geral, e do programa *MCA*, em particular, têm dado resultados positivos para o país. Para a análise empírica, foram analisados os relatórios anuais do Banco de Cabo Verde e outras fontes complementares, e os dados usados são referentes a 23 anos.

A conclusão da análise econométrica sugere que a ajuda externa se tem repercutido de forma positiva no crescimento económico de Cabo Verde, apesar da variável Assistência Oficial ao Desenvolvimento não ter apresentado significância estatística. Os fluxos privados são contudo fortemente positivos e significativos. O impacto do programa *MCA* também se revelou positivo para o crescimento económico do país, reforçando a ideia de que quando a ajuda é direccionada para sectores que dinamizam o crescimento da economia, o seu impacto no mesmo é positivo.

**Palavras-chave:** Ajudas externas; *Millennium Challenge Account*; Cabo Verde; Crescimento económico.

## **Foreign Aid and Economic Growth – The Millennium Challenge Account in Cape Verde**

### **ABSTRACT**

The debate about the question of foreign aid effectiveness goes back decades. While on one side, there are researchers that conclude that foreign aid have a positive impact on economic growth, on the other side, there are those who conclude that the flows of aid only contribute to promote corruption, poverty and perpetuate bad governments.

This work investigates the question of foreign aid effectiveness in the economic growth rates of Cape Verde. Since Cape Verde became recently a beneficiary of the new program of foreign aid, the Millennium Challenge Account, it would be interesting to understand if the flows of foreign aid and the MCA have given positive results in the case of Cape Verde. To reach these goals, the annual reports of the Central Bank of Cape Verde, together with other sources, have been analysed and the data refers to 23 years.

The results of the econometric analyses suggest that foreign aid has had a positive impact on economic growth in Cape Verde. Even though the Official Development Assistance did not present statistically significant coefficient, the Private Flows seem to be largely positive and significant. The impact of the MCA program also revealed a positive impact on the economic growth of the Cape Verdean's islands, and it reinforces the idea that when the flow of aid is directed at those sectors that promote economic growth, its impact on the economy is largely positive and significant.

**Keywords:** Foreign aid; Millennium Challenge Account; Cape Verde; Economic Growth.

## ÍNDICE

AGRADECIMENTOS .....	iii
RESUMO.....	v
ABSTRACT .....	vi
ÍNDICE.....	vii
LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS E TABELAS .....	ix
FIGURAS .....	ix
GRÁFICOS .....	ix
LISTA DE ABREVIATURAS.....	x
INTRODUÇÃO .....	1
CAPÍTULO I – A AJUDA EXTERNA, O <i>MILLENNIUM CHALLENGE ACCOUNT</i> , O CASO PARTICULAR DE CABO VERDE.....	9
1.1. Enquadramento Teórico .....	10
1.2. Assistência Oficial ao Desenvolvimento.....	13
1.2.1. Quem Oferece <i>Versus</i> Quem Recebe a Ajuda.....	16
1.2.2. Razões Para Providenciar Ajudas .....	20
1.2.3. A Efectividade das Ajudas .....	22
1.3. O Programa <i>Millennium Challenge Account</i> .....	31
1.3.1. Pressupostos da criação do programa <i>Millennium Challenge Account</i> .....	34
1.3.1.1. Qualificação dos Países para Acesso ao Fundo.....	35
1.3.1.2. <i>MCA</i> como Ferramenta de Luta Contra a Pobreza e o Terrorismo..	39
1.3.1.3. Países Eleitos Para o Programa <i>MCA</i> .....	42
1.4. Breve Caracterização de Cabo Verde e da sua Economia.....	44
1.4.1. Análise da Situação Económica de Cabo Verde .....	46
1.5. A Assistência Oficial ao Desenvolvimento em Cabo Verde .....	49
1.6. O Caso <i>Millennium Challenge Account</i> em Cabo Verde.....	54
1.7. Síntese da Revisão Bibliográfica .....	59
CAPÍTULO II – METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO .....	62
2.1. Tipo de Pesquisa .....	63
2.2. Hipóteses a Testar.....	65
2.3. Descrição do Modelo e das Variáveis Usadas .....	67
2.4. Processo de Recolha dos Dados e as Fontes Usadas .....	72
2.5. Tratamento Econométrico Prévio dos Dados .....	73
CAPÍTULO III – TRATAMENTO ESTATÍSTICO E ANÁLISE DE DOS RESULTADOS .....	77
3.1. Análise do Ajustamento Global do Modelo de Regressão .....	77
3.2. Significância Estatística das Variáveis – Análise do seu Impacto.....	82
3.3. Validação das Hipótese Levantadas.....	86
3.4. Síntese dos Resultados.....	89
CAPÍTULO IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	91

<b>4.1. Conclusões .....</b>	<b>91</b>
<b>4.2. Recomendações de Política Económica .....</b>	<b>93</b>
<b>4.3. Limitações do Estudo .....</b>	<b>95</b>
<b>4.4. Sugestões para Futuras Investigações .....</b>	<b>96</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>98</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>105</b>
ANEXO I – Projecção demográfica para o período 2000 – 2012 .....	105
ANEXO II – Dados Usados na estimação das variáveis usadas no modelo .....	105
ANEXO II(a) – Dados Usados na estimação das variáveis usadas no modelo .....	106
ANEXO III – Evolução dos Principais Indicadores de Turismo .....	106

## LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS E TABELAS

### FIGURAS

<b>Figura 1: Processo para Determinar os Países Elegíveis .....</b>	<b>36</b>
<b>Figura 2: Determinação dos Países Elegíveis – “Critérios de elegibilidade” .....</b>	<b>37</b>
<b>Figura 3: Principais pontos de actuação apresentados por Cabo Verde .....</b>	<b>54</b>
<b>Figura 4: Processo de Elaboração da Tese.....</b>	<b>63</b>
<b>Figura 5: Tipologia da Pesquisa.....</b>	<b>64</b>
<b>Figura 6: Modelo de Crescimento de Harrod-Domar.....</b>	<b>67</b>

### GRÁFICOS

<b>Gráfico 1: Evolução dos fluxos externos em percentagem do PIB.....</b>	<b>50</b>
---	-----------

### TABELAS

<b>Tabela 1: Maiores doadores em 2004 .....</b>	<b>17</b>
<b>Tabela 2: Evolução do Maiores doadores em Volume e em Percentagem do PIB .</b>	<b>18</b>
<b>Tabela 3: Os 10 maiores recipientes de ajuda externa em 2004.....</b>	<b>19</b>
<b>Tabela 4: Os 10 maiores recipientes de ajuda externa em 2007.....</b>	<b>20</b>
<b>Tabela 5: Categorias das Ajudas Externas .....</b>	<b>23</b>
<b>Tabela 6: Resultados de Estudos sobre o Impacto da Ajuda .....</b>	<b>25</b>
<b>Tabela 7: Principais Indicadores Económicos de 2002 a 2007 .....</b>	<b>46</b>
<b>Tabela 8: Contas Externas de 2003 a 2007.....</b>	<b>47</b>
<b>Tabela 9: Fluxos de IDE Aprovados em Cabo Verde de 2000 a 2006 .....</b>	<b>48</b>
<b>Tabela 10: Remessas dos Emigrantes Por País de Origem.....</b>	<b>53</b>
<b>Tabela 11: Teste de <i>Dickey-Fuller</i> Aumentado.....</b>	<b>75</b>
<b>Tabela 12: Resultado da Estimação do Modelo de Regressão .....</b>	<b>77</b>
<b>Tabela 13: ANOVA .....</b>	<b>81</b>

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

ADI/IDA – Associação de Desenvolvimento Internacional/*International Development Association*;

AOD – Assistência Oficial ao Desenvolvimento;

APD – Ajuda Pública ao Desenvolvimento;

BAD – Banco Africano para o Desenvolvimento;

BCV – Banco de Cabo Verde;

BM – Banco Mundial;

BVC – Bolsa de Valores de Cabo Verde;

ECV – Escudo Cabo-verdiano;

EUA – Estados Unidos da América;

FAD – Fundo Africano para o Desenvolvimento;

FMI – Fundo Monetário Internacional;

FP – Fluxo Privado;

IDE – Investimento Directo Estrangeiro;

INE-CV – Instituto Nacional de Estatísticas de Cabo Verde;

IPC – Índice de Preço do Consumidor;

MCA – *Millennium Challenge Account*;

MCA-CV – *Millennium Challenge Account* – Cabo Verde;

MCC – *Millennium Challenge Corporation*;

NSS – *National Security Strategy*;

OCDE – *Organization for Economic Cooperation and Development*;

OFO – Outros Fluxos Oficiais;

ONG – Organização Não Governamental;

ONU – Organização das Nações Unidas;

PALOP – Países Africano de Língua Oficial Portuguesa;

PDM – Países de Desenvolvimento Médio;

PIB (*GDP*) – Produto Interno Bruto (*Gross Domestic Product*);

PVD – Países em Vias de desenvolvimento;

UE – União Europeia;

USAID – *United States Agency for International Development*;

USD – *United States Dollar*.

## **INTRODUÇÃO**

*“Cabo Verde tem beneficiado do apoio da comunidade internacional desde a sua independência em 1975, e deve continuar a beneficiar deste apoio para o sucesso da transição que permitiria ao país evitar um retrocesso no seu processo de desenvolvimento. Ressalta que Cabo Verde soube implementar um processo de desenvolvimento dinâmico baseado na boa gestão da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD)<sup>1</sup>, a estabilidade política e económica, apesar das diversas vulnerabilidades com que o país é confrontado”*

Ministério dos Negócios Estrangeiros (2007).

*“Torna-se cada vez mais difícil aos Países em Vias de Desenvolvimento (PVD) contarem com a APD. É que por um lado, a ajuda acusou uma ligeira melhoria em 1999, ao atingir os 52 bilhões de dólares, por outro, reduziram cerca de um terço em dez anos. Em contrapartida, os fluxos de capitais privados tendem a tomar o lugar da APD na qualidade de principal fonte de financiamento externo para o conjunto dos PVD”.*

Relatório do Banco de Cabo Verde (1999, p. 13)

---

<sup>1</sup> Esta terminologia tem o mesmo significado de Assistência Oficial ao Desenvolvimento.

Desde essencialmente a sua independência, Cabo Verde tem beneficiado de fluxos de ajudas externas, mais recentemente em 2002, foi criado um novo programa de ajuda ao desenvolvimento – o *Millennium Challenge Account (MCA)* – com a pretensão de combater a pobreza mundial e aumentar o fluxo de ajudas aos países subdesenvolvidos. Foi concebido para recompensar os países que adoptam políticas de boa governação (medidas contra a corrupção, ter respeito pelos direitos humanos, investir em educação, assistência médica, promoção da liberdade económica, *etc.*), com o objectivo de estimular a concorrência entre os países para que adoptem as políticas e os programas certos.

Em 2004, Cabo Verde foi escolhido pelo *Millennium Challenge Corporation (MCC)*, numa lista concorrente de 63 países em desenvolvimento, onde se classificou em primeiro lugar em África e em segundo no *ranking* desse grupo de países provenientes de todos os continentes. De acordo com o *MCA-CV (2007)* “Dos 16 indicadores de performance utilizados para avaliar os critérios para eleger os países concorrentes, Cabo Verde qualificou-se em 14 deles, tendo, no entanto, a nota mais baixa no *Trade policy* (políticas comerciais)”. Desta forma, o *MCC*, Agência do Governo norte-americano que gere a iniciativa *MCA*, aprovou a proposta do Governo de Cabo Verde de acesso aos fundos para o exercício de 2004.

Recentemente, mais precisamente a 1 de Janeiro de 2008, Cabo Verde elevou-se oficialmente à categoria de País de Desenvolvimento Médio (*PDM*), deixando o grupo dos *PVD*. Para apoiar esta transição, a Organização das Nações Unidas (*ONU*) apelou aos doadores e parceiros económicos para que continuassem a ajudar o país, pelo menos até 2015, data em que este poderá alcançar os Objectivos de Desenvolvimento

do Milénio (*ODM*), apelo este que foi respondido favoravelmente pelos parceiros de desenvolvimento de Cabo Verde, embora a *United States Agency for International Development (USAID)* e o Programa Alimentar Mundial (*PAM*) tenham já reduzido o auxílio (*Perspectivas Económicas na África/2008*, p. 127).

Numa situação de iminente redução dos fluxos de ajudas ao desenvolvimento e da redução das remessas dos emigrantes, devido à redução das oportunidades de emigração nos países de acolhimento, ao envelhecimento da diáspora e da redução dos laços com a segunda e terceira geração (sendo estes dois fluxos em conjunto com o financiamento externo, as principais fontes de financiamento do *PIB* do país), Cabo Verde está perante um grande desafio, o de manter o crescimento da sua economia sustentável e a sua manutenção no grupo dos *PDM*. Deste modo, o país tem de apoiar noutros pilares de desenvolvimento e em outras fontes para financiar o seu crescimento, à semelhança do que se tem feito em certos sectores que apoiam o crescimento do país, como tem sido o caso do sector turístico, que ultimamente tem tido um bom ritmo de crescimento.

Restará saber se o país conseguirá ser autónomo num futuro próximo, apoiando o seu crescimento maioritariamente em recursos internos, acabando com a grande dependência em relação ao exterior (ajuda pública ao desenvolvimento; remessas dos emigrantes), e quais são os recursos mais promissores de que dispõe nessa luta, que é a de manter o seu crescimento recorrendo cada vez menos às ajudas externas e às remessas dos emigrantes, atingindo assim a independência financeira e económica.

## **Problema de Estudo**

As controvérsias sobre a efectividade das ajudas externas já duram há décadas. Segundo *Radelet et al.* (2004), levantaram-se já duras críticas às ajudas externas, acusando que estas têm aumentado burocracias, perpetuando maus governos, enriquecendo as elites nos países pobres, ou apenas a serem mal aplicadas. Em 2002 foi criado um novo programa de ajudas externas, o *MCA* com o objectivo de maior eficácia da ajuda externa. E, segundo o *MCA-CV* (2007) Cabo Verde tornou num local ideal para demonstrar a eficácia do *MCA* e dos princípios que nortearam a criação do mesmo.

## **Objectivos do Estudo**

A economia de Cabo Verde desde sempre foi, em grande medida, suportada por recursos externos, primeiro devido à sua fraca capacidade produtiva, segundo por pertencer até há bem pouco tempo ao grupo dos países menos desenvolvidos. Desde muito cedo a sua população viu-se obrigada a deixar o país para procurar melhores condições no exterior, acabando estes emigrantes por contribuir para o desenvolvimento do país com as remessas financeiras que enviavam às suas famílias, as quais eram usadas para aumentar o consumo, e logo a qualidade de vida das mesmas. Por outro lado, Cabo Verde sempre beneficiou de grandes fluxos de ajudas externas. Mais recentemente o país beneficiou de um outro programa de ajudas ao desenvolvimento, o *MCA*, que considerou o país um local ideal para mostrar o sucesso do programa.

Do exposto acima, seria pertinente analisar o efeito das ajudas ao desenvolvimento e dos fluxos de capitais privados na economia de Cabo Verde e analisar se o programa *MCA* se tem repercutido de forma positiva no crescimento económico do país.

Assim, o campo de investigação deste tema seria fazer um “estudo de caso” com o intuito de ver os efeitos das ajudas externas no crescimento da economia de Caboverdiana e em particular, analisar a situação do país “antes” e “depois” da aplicação do *MCA*, nos diferentes aspectos focados pela ajuda. Sendo assim, os dados pertinentes para a realização do estudo serão recolhidos junto do Banco de Cabo Verde (*BCV*). O tratamento desses dados será feito com base na utilização de instrumentos estatísticos e econométricos, nomeadamente o *software STATA*.

### **Importância do Estudo**

Este estudo revela-se importante nos seguintes domínios:

- Económico: pelo facto da economia de Cabo Verde depender em grande parte das *APD* e do programa *MCA* abranger pontos importantes no desenvolvimento da economia do país;
- Social: o facto de grande parte das ajudas externas terem como objectivo o alívio da pobreza e a melhoria da condição de vida das pessoas por elas abrangidas e do programa *MCA* apoiar o desenvolvimento da economia de Cabo Verde em geral e de se pretender acabar com a pobreza no país;

- **Cultural:** Desde a independência, Cabo Verde tem beneficiado de ajudas externas para desenvolver a sua economia, e o povo cabo-verdiano, desde muito cedo, viu-se obrigado a cruzar os oceanos em busca de uma vida melhor e de proporcionar melhores condições ao resto da família que deixavam para trás, contribuindo assim, com as suas remessas, para o crescimento da própria economia do país;
- **Pessoal:** o facto de estar a desenvolver um trabalho de investigação que pode estar ligado ao desenvolvimento do meu país e dos seus cidadãos e de este projecto poder vir a conceder-me o grau de mestre. Além de se tratar de um estudo pioneiro, em que se pretende perceber o efeito das ajudas externas na economia de Cabo Verde. E de ser também, pioneiro em tentar estudar o efeito do programa MCA num dos países eleitos a beneficiar do fundo, Cabo Verde.

## **Hipóteses**

Estando o tema escolhido, o título designado, identificado o problema e definidos os objectivos, já se podem formular as hipóteses a testar, numa tentativa de responder ao problema levantado.

Assim, para a consecução dos objectivos propostos pretende-se, antes de mais, testar as hipóteses seguintes:

- A ajuda ao desenvolvimento e os fluxos de capitais privados têm efeitos positivos no crescimento da economia de Cabo Verde?
- O programa *MCA* em particular tem-se repercutido positivamente na economia e na luta contra a pobreza em Cabo Verde?

## **Estrutura do Trabalho**

Este trabalho está organizado em cinco partes, uma introdução e quatro capítulos, conforme a descrição que se apresenta a seguir:

Começa-se por uma pequena introdução que apresentará o tema, o problema em estudo, os objectivos propostos, a importância e as hipóteses levantadas neste trabalho de investigação.

No capítulo I, será feita uma breve revisão da literatura com foco na *APD* e em particular no programa de ajuda *Millennium Challenge Account*. Em seguida, será feita uma breve caracterização da economia de Cabo Verde, passando por fim ao caso *MCA* em Cabo Verde, mostrando a importância e os objectivos do programa para o arquipélago e o ponto em que se encontra o desenvolvimento do mesmo.

O capítulo II enuncia a metodologia de investigação, explicitando o tipo de pesquisa adoptado, os dados e os instrumentos usados no tratamento dos mesmos.

No capítulo III serão tratados e analisados os dados recolhidos e interpretados os resultados obtidos, tentando perceber qual o verdadeiro efeito da Assistência Oficial ao Desenvolvimento (*AOD*) e dos Fluxos Privados (*FP*) na economia do país, concretizando os objectivos antes propostos, e por outro lado, ver se o programa *MCA* já começou a dar os seus frutos e se o mesmo tem um efeito positivo na economia do país.

No capítulo IV constarão as considerações finais a respeito do trabalho de investigação, indicando novas perspectivas de acção, as principais limitações com que o trabalho se confrontou ao longo da sua realização e enunciadas as principais conclusões obtidas com o trabalho de investigação.

## **CAPÍTULO I – A AJUDA EXTERNA, O *MILLENNIUM CHALLENGE ACCOUNT*, O CASO PARTICULAR DE CABO VERDE**

Neste capítulo será dada a conhecer a evidência empírica dos programas de ajuda ao desenvolvimento e em particular do programa *Millennium Challenge Account*, mostrando as principais razões que estiveram na base da criação do *MCA* e os objectivos que as ajudas externas pretendem atingir. Ambiciona-se mostrar a visão de muitos autores acerca dos programas de ajuda ao desenvolvimento no geral e em particular do programa *Millennium Challenge Account*, dando a conhecer a evolução que este último tem tido desde 2002, ano em que foi anunciado.

Por outro lado, será apresentado o caso particular de Cabo Verde, mostrando o peso que a ajuda ao desenvolvimento e as remessas dos emigrantes têm na economia do país e a importância do programa *MCA* para a economia do arquipélago, dando a conhecer o programa apresentado por Cabo Verde ao Governo norte-americano. E, uma vez que os critérios para a aceitação de um país para o acesso aos fundos do programa *MCA* passam pela situação económica do país, será feita uma breve caracterização da economia do arquipélago, fazendo uma pequena síntese desde a sua descoberta até aos dias de hoje.

Portanto, o objectivo deste primeiro capítulo é o de fazer a apresentação e a organização do estudo em causa e a revisão bibliográfica que fundamenta este trabalho de pesquisa. E este capítulo culminará com uma pequena síntese da revisão bibliográfica.

## **1.1. Enquadramento Teórico**

É de supor que o maior objectivo da *AOD* seja o de estimular o crescimento económico do país que a recebe quer através das fontes bilaterais ou das fontes multilaterais. No entanto, apesar dos elevados fluxos de ajudas externas para desenvolver economias e dos numerosos estudos econométricos já realizados, as várias conclusões obtidas sobre a relação entre as ajudas externas e crescimento económico continuam cheio de controvérsias (*Denkabe, 2003*).

Por um lado, há estudos, como *Denkabe (2003)* que encontraram uma relação nula ou negativa entre ajuda externa e crescimento económico, onde os fluxos externos ao longo do tempo não surtiram qualquer efeito, ou até tiveram mesmo efeitos negativos. Por outro lado, estão autores como *Burnside e Dollar (1997)*, que encontraram evidências de uma correlação positiva entre estes dois fenómenos em situações em que o país que recebe tal ajuda pratica boas políticas macroeconómicas. *Radelet et al. (2004)* dizem que as evidências indicam que diferentes tipos de ajudas têm diferentes relações com o crescimento económico, especificando que ajudas direccionadas para o crescimento têm tido, em média, um forte e positivo impacto no crescimento. Por outro lado, para duas economias caracterizadas por diferentes tipos de políticas macroeconómicas, fluxos similares de ajuda podem ter diferentes efeitos no crescimento económico (*Denkabe, 2003*).

Com o ataque terrorista aos *E.U.A* em 2001, os países denominados por alguns comentadores políticos como *failed states*<sup>2</sup> tornaram-se a prioridade na agenda de segurança norte-americana, e o 11 de Setembro não só confirmou essa tendência como também a potenciou de forma extraordinária (Neves, 2007). O Governo dos *E.U.A* tentou criar uma forma de melhorar a segurança mundial, lutando contra o terrorismo internacional usando como ferramenta a redução da pobreza mundial, anunciando a criação do que autores como *Sperling e Hart* (2003) ou *Hackett* (2006) já consideram uma iniciativa revolucionária de desenvolvimento.

O *MCA* foi anunciado em Março de 2002 pelo então presidente dos *E.U.A.*, *George W. Bush*, com a intenção de aumentar a ajuda externa desse país às nações mais pobres em cinco biliões de dólares norte-americanos (*USD*). O programa ficou operacional em 2004, tendo como finalidade principal a promoção do desenvolvimento sustentado, investindo em projectos rentáveis no sector privado.

Segundo *Tarnoff* (2007), para que um país beneficie desse apoio tem que satisfazer alguns critérios:

- Dirigir com justiça – promover a boa governação, lutar contra a corrupção, respeitar os direitos humanos, e ter como regra leis justas;
- Investir na população – providenciar sistemas de saúde adequados, educação, e outras oportunidades que promovam melhor saúde e melhor educação;

---

<sup>2</sup> Apesar da falta de consenso sobre as características que definem os *failed states*, Neves (2007) considerou que a definição mínima de um “Estado Falido” ou em “falência” é relacionada com a sua incapacidade de controlar o seu território ou grande parte dele, deixando de garantir a segurança dos seus cidadãos dentro do seu território, o país perde o monopólio legítimo da força dessa maneira perdendo a sua capacidade de fazer cumprir a ordem legal.

➤ Auxílio às empresas e aos empreendedores – promover mercados abertos e orçamentos sustentáveis.

Considerando que os países que preencherem tais critérios estarão melhor preparados para vencerem a pobreza e crescer economicamente. *Sperling e Hart (2003)* afirmam que o *MCA* é um importante passo em frente, porque é construído num consenso de que o desenvolvimento é mais bem conseguido quando os países têm uma boa política governamental, reformas económicas, tomam responsabilidade na redução da pobreza e ambicionam o crescimento económico. Já *Burnside e Dollar (1997)*, por exemplo, haviam concluído que a ajuda externa tem um efeito positivo no crescimento económico em países em desenvolvimento com boas políticas fiscais, monetárias e comerciais; e que na presença de más políticas esse efeito positivo no crescimento já não se verifica. *Sperling e Hart (2003)* reforçam esta ideia no caso particular do *MCA*, dizendo que o programa salienta o crescimento assente num desenvolvimento assistido.

O terrorismo e o ataque de 11 de Setembro foram um ponto fulcral para a criação do *MCA*. “O anúncio do então Presidente norte-americano, a 14 de Março de 2002, surpreendeu muitos (...), tornando numa proposta significativa, por vir de um presidente conservador (...), devendo-se a surpresa, principalmente ao facto deste ter passado muitos meses a rejeitar propostas no sentido de aumentar as ajudas externas, alegando que grande parte das ajudas externas estavam a ser desperdiçadas” (*Owusu, 2007*). O mesmo autor continua dizendo que durante a campanha presidencial de 2000, o então Presidente *Bush*, dizia que as nações pobres que não tinham qualquer significância geopolítica para os *E.U.A* – o que na altura incluía muitos países africanos – não seriam prioridade para a sua administração, tendo contudo alterado a sua posição após o 11 de

Setembro. *Fonseca* (2005) diz que *Bush* se tornou, no plano internacional, um dos mais activos presidentes americanos dos últimos anos. Embora, a popularidade do ex-presidente fosse baixa um pouco por todo o mundo, ela era relativamente mais elevada em África, pelo aumento que promoveu de ajuda ao desenvolvimento a este continente.

## **1.2. Assistência Oficial ao Desenvolvimento**

As ajudas externas ao desenvolvimento fizeram-se sentir ao longo de todo o século passado, mas tornaram-se mais comuns depois da Segunda Guerra Mundial. Algumas regiões do globo desenvolveram-se a um ritmo significativamente mais rápido em relação às outras, aumentando a diferença entre o rendimento, saúde e o nível de vida nos diferentes pontos do planeta. Esta situação levou e continua a levar ao aparecimento de grandes problemas internacionais e ao surgimento de tensões entre e dentro de países ricos e pobres. Assim se explica o interesse do mundo desenvolvido em tentar providenciar assistência e formas de minorar essa disparidade entre estas duas realidades.

A AOD, mais comumente conhecida como ajuda externa, consiste, segundo *Moreira* (2005), em recursos transferidos do sector público, em forma de subsídio e/ou empréstimos com algumas condições financeiras favoráveis, com o objectivo de desenvolver os países que as recebem. Para *Deardorff* (2006), ajuda externa é uma assistência providenciada por instituições internacionais, como o Banco Mundial (*BM*), para desenvolver países sob a forma de doações monetárias, empréstimos com baixas taxas de juro, ou ainda como uma combinação das duas vertentes. A definição considerada mais completa encontrada na literatura de apoio é a que define ajuda

externa como sendo fluxos financeiros, ou assistência técnica, ou mercadorias, que são distribuídos para promover o desenvolvimento económico e o bem-estar como o seu principal objectivo (excluindo ajudas militares ou outras ajudas que não tenham como propósito o desenvolvimento), e são providenciadas como subsídios ou como empréstimos (Radelet, 2006).

A ajuda externa pode ser classificada por exemplo de acordo com:

➤ O Propósito – Havendo outras dimensões da ajuda, o propósito e os objectivos da ajuda determinam o efeito e o potencial impacto da mesma. A ajuda humanitária é de curto prazo e visa diminuir o “sofrimento” provocado por algum tipo de desastre natural ou provocado pelo homem (maremoto, seca, guerra, etc.). A ajuda ao desenvolvimento é direccionada para objectivos de curto e longo prazo, dinamizando o crescimento económico num determinado país ou região, esperando que o mesmo venha a ter um impacto positivo no alívio da pobreza;

➤ Forma – trata-se da forma como a ajuda é distribuída. Por exemplo, pode ser distribuída sob a forma de dinheiro (ajuda financeira com condições favoráveis), ou em forma de bens (ajuda alimentar, vestuários, etc.), ou em forma de serviços (assistência técnica ou profissional);

➤ Liberdade de Uso – que se aplica apenas à ajuda financeira – encontra-se dividida em dois subtipos; **ajudas vinculadas**, que só podem ser gastas no país do doador, ou em países ou regiões indicadas pelo doador e da forma como este especificar e, **ajuda sem vínculo**, que pode ser gasta livremente da forma como o país que recebe a ajuda entender que seria melhor para o desenvolvimento da sua economia. *Herrera e*

*Becht* (2007) afirmam que há várias razões para vincular as ajudas, e que, teoricamente, tem-se a possibilidade de dinamizar as exportações da região que oferece a ajuda (convertendo assim a ajuda ao país recipiente numa ajuda ao sector da produção do país que ajuda); o doador poderá exercer um maior controlo sobre a forma como esta será gasta; ganhar influência política na região que recebe a ajuda; formar relações económicas de longo prazo entre o doador e o receptor. Contudo, *Radelet et al.* (2004) e *Herrera e Becht* (2007), por exemplo, dizem que estudos empíricos mostram que ajudas vinculadas não têm um efeito significativo no aumento das exportações do país que concede a ajuda nem na economia do país que recebe e não o consideram eficiente sob o ponto de vista económico. Mas, por outro lado, temos diversos países que recebem ajudas para dinamizar as suas economias e estas são muitas das vezes gastas em coisas que em nada fazem reduzir a pobreza, podendo até ser gastas para aumentar a corrupção. *Easterly* (2001) afirma que “*aid has enlarged government bureaucracies, perpetuated bad governments, enriched the elite in poor countries, or just been wasted.*” E *Radelet et al.* (2004) reforça que a pobreza continua enraizada em diversos países africanos e no sul da Ásia, apesar de três décadas recebendo fluxos de ajuda ao desenvolvimento, realça países que têm recebido montantes significantes de ajudas e têm tido uma *performance* económica desastrosa, como por exemplo, República Democrática do Congo, Haiti, Papua Nova Guiné e Somália.

➤ Fonte – Esta pode ser Bilateral ou Multilateral. A ajuda **bilateral** é entre dois governos, onde um dos governos concede a ajuda directamente para o outro; a ajuda **multilateral** vem de muitas nações e é dirigida a uma agência centralizada que distribui e gere a mesma (entre as maiores instituições multilaterais encontra-se o *BM*, o *FMI*, o Banco Africano para o Desenvolvimento (*BAD*), o Banco Asiático e Inter-Americano

para o Desenvolvimento, o Fundo Europeu para o Desenvolvimento (*FED*), a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento, e muitas agências das Nações Unidas).

Independentemente do propósito, da forma, da liberdade de uso ou da fonte, a essência da ajuda ao desenvolvimento deveria ser sempre a de dinamizar a economia do país ou região que recebe e combater a pobreza (ajuda ao desenvolvimento) ou o de suprir certos constrangimentos enfrentado por um país numa determinada conjuntura (ajuda humanitária).

### **1.2.1. Quem Oferece *Versus* Quem Recebe a Ajuda**

As ajudas podem ser doadas em forma de ajuda bilateral ou multilateral. Portanto, as ajudas podem ser distribuídas por países ou por instituições. Normalmente, as ajudas externas (mais no caso de ajudas financeiras) são concedidas por países desenvolvidos, sendo mais comuns fluxos do hemisfério norte para o sul, e são dirigidas para países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento em todo o mundo.

O maior doador em volume é os *E.U.A.*, excepto em meados dos anos noventa quando o Japão alcançou o topo da lista. Em 2004, o *top* cinco dos doadores foi constituído por *E.U.A.*, com uma fasquia na ordem dos \$19,7 bilião, sendo seguido por Japão, França, Reino Unido e Alemanha conforme se pode constatar na tabela em baixo (*Radelet*, 2006). Mas, como se pode ver na mesma tabela, quando a ajuda é medida em termos de *PIB* do país doador, em 2004 o *top* cinco é constituído pela Noruega, que é seguida por Dinamarca, Luxemburgo, Holanda e Suécia, que oferecem entre os 0,92% e os 0,79% do seu *PIB*.

**Tabela 1: Maiores doadores em 2004**

Maiores doadores em Volume		Maiores doadores em percentagem do <i>PIB</i>
1º	U.S.A	Noruega
2º	Japão	Dinamarca
3º	França	Luxemburgo
4º	Reino Unido	Holanda
5º	Alemanha	Suécia

Fonte: Radelet (2006), Bourguignon e Leipziger (2006)

Os *E.U.A.*, quando a ajuda é medida em percentagem do *PIB*, são um dos países que menos oferece ajuda, doando em torno de 0,17% do seu rendimento, chegando mesmo a ser ultrapassado por Arábia Saudita, que providencia ajuda na ordem dos 0,69% do seu *PIB* (Radelet, 2006).

A tabela 2 mostra a evolução dos maiores doadores tanto em volume, como em percentagem do *PIB*. É de realçar, que os *E.U.A* continua a encabeçar a lista dos doadores quando a ajuda providenciada é medida em volume de *USD*, com 20.008 milhões de *USD* em 2008 e 21.787 milhões de *USD* em 2007. É seguido pela Alemanha nos dois anos em questão. Já quando a ajuda providenciada é medida em percentagem do *PIB* do país que ajuda, no ano 2007 a Noruega, assim como em 2004, esteve no topo da lista com 0,95%, em 2008 o topo da lista foi ocupado por Suécia com 0,98%, e Noruega foi ultrapassado por Luxemburgo que providenciou 0,92% do seu *PIB* em ajudas, ficando Noruega em terceiro lugar com 0,88% do seu *PIB*. De salientar que os *E.U.A.*, quando o montante de ajuda é medido em percentagem do *PIB*, continua a ser um dos países que menos ajuda, tendo prestado ajuda na ordem do 0,16% e 0,18% do seu *PIB* em 2007 e 2008 respectivamente.

**Tabela 2:** Evolução dos Maiores doadores em Volume e em Percentagem do *PIB*

Maiores Doadores em 2008				Maiores Doadores em 2007				
Valores em USD		Valores em % <i>PIB</i>		Valores em USD		Valores em % <i>PIB</i>		
1°	E.U.A	20.008	Suécia	0,98	E.U.A	21.787	Noruega	0,95
2°	Alemanha	13.910	Luxemburgo	0,92	Alemanha	12.291	Suécia	0,93
3°	Reino Unido	11.409	Noruega	0,88	França	9.884	Luxemburgo	0,91
4°	França	10.957	Dinamarca	0,82	Reino Unido	9.849	Holanda	0,81
5°	Japão	9.362	Holanda	0,80	Japão	7.679	Dinamarca	0,81

Valores em milhões de USD

Fonte: OECD

Cerca de 150 países e territórios no mundo receberam ajuda no ano 2004. A ajuda, quando se trata dos países que a recebem, é medida de três formas diferentes: em *USD*, em percentagem do *PIB* do país que recebe ou em termos *per capita* do país recipiente.

A medida em dólares, apesar de ser importante, não mostra a verdadeira dimensão da ajuda recebida. Quando é medida em percentagem do *PIB*, consegue-se perceber a magnitude da ajuda recebida em relação a economia do país em causa, e é de resto a medida mais comum. Mas a medida em percentagem do *PIB* pode induzir em erros porque altos rácios podem indicar alternativamente um *PIB* baixo ou grandes montantes de ajuda.

Apenas a medida em termos *per capita* consegue mostrar a relação entre a ajuda recebida e a sua repartição pela população do país que recebe a ajuda. A tabela seguinte ilustra os dez maiores recipientes, levando em conta cada uma destas três medidas.

**Tabela 3:** Os 10 maiores recipientes de ajuda externa em 2004

Milhão de USD		Porcentagem do PIB		Per capita (USD)		
1º	Iraque	4.658	S. T. e Príncipe	67	Nauru	1.368
2º	Afeganistão	2.190	Guiné-bissau	64	Maiote	1.226
3º	Vietname	1.830	Micronésia	47	Palau	978
4º	Etiópia	1.823	Eritreia	42	Ilhas Marshall	852
5º	R. D. C.	1.815	Timor-Leste	42	Tuvalu	801
6º	Tanzânia	1.746	Ilhas Marshall	41	E. F. da Micronésia	719
7º	China	1.661	Burundi	39	Ilhas Cook	438
8º	Egipto	1.458	Afeganistão	35	Dominica	417
9º	Paquistão	1.421	Serra Leoa	32	A. G. da Palestina	337
10º	Bangladesh	1.404	Malawi	31	<b>Cabo Verde</b>	298

Fonte: Radelet (2006)

R.D.C – República Democrática do Congo

S.T. e Príncipe – São Tomé e Príncipe

E.F. da Micronésia – Estados Federais da Micronésia

A.G. da Palestina – Área Geográfica da Palestina

A partir da tabela acima depreende-se que, em termos do montante em USD, o top dez dos países que fazem parte desta lista é dominado pelos países da Ásia, seguidos dos países africanos. Já no caso da ajuda em percentagem do PIB, esse cenário é trocado. Em termos *per capita*, a Ásia volta a liderar a lista dos continentes com mais países a constar nos dez primeiros lugares. Sendo que, Cabo Verde ocupa o décimo lugar da tabela quando a ajuda providenciada é medida em termos do *PIB per capita* do país recipiente.

Já em 2007, como se pode ver na tabela abaixo, o top 10 dos países recipientes de ajudas, quando esta é medida em volume de USD é dominado por países do continente africano, seguidos de países da Ásia, O mesmo cenário passa-se quando a ajuda é medida em percentagem do PIB do país que recebe. Mas, quando a ajuda é medida em termos do *PIB per capita* do país recipiente, o cenário é mudado, passando os países da

Ásia a dominar nos dez primeiros lugares. De salientar, que Cabo Verde em 2007 configurou no quinto lugar da lista dos países que mais recebem ajudas em percentagem do PIB, com 326 USD por habitante.

**Tabela 4:** Os 10 maiores recipientes de ajuda externa em 2007

		Milhões de USD	Percentagem do PIB		Per capita (USD)	
1º	Iraque	9.115	Libéria	120,4	Maiote	2.035
2º	Afeganistão	3.951	Ilhas Salmão	67,3	E.F. da Micronésia	1.150
3º	Tanzânia	2.811	Burundi	49,5	Ilhas Marshall	520
4º	Vietname	2.497	A.G. da Palestina	44,6	Ilhas Salmão	496
5º	Etiópia	2.422	E. F. da Micronésia	41,9	<b>Cabo Verde</b>	<b>326</b>
6º	Paquistão	2.212	Guiné-Bissau	35,4	Suriname	302
7º	Sudão	2.104	Afeganistão	33,9	Tonga	300
8º	Nigéria	2.042	Moçambique	26,3	Vanuatu	285
9º	Camarão	1.933	Ilhas Marshall	25,7	Timor-Leste	252,7
10º	A.G. da Palestina	1.868	S. T. e Príncipe	25,0	Granada	230

Fonte: OECD

### 1.2.2. Razões Para Providenciar Ajudas

São muitas as razões que influenciam um país a providenciar ajudas a países terceiros. *Dowling e Heimenz (1982)* dizem que, no encontro de Cancun e na conferência das Nações Unidas sobre os países em desenvolvimento, que teve lugar em Paris, os países desenvolvidos exigiram que um fluxo massivo de recursos do hemisfério norte eram precisos para estimular de forma mais rápida o desenvolvimento da economia e erradicar a pobreza no hemisfério sul, e que esse apelo é baseado na proposição de que existe uma relação positiva entre os fluxos de capital das ajudas e o rácio do crescimento económico.

*Alesina e Dollar* (2000), por exemplo, sugerem haver um certo sentimento de culpa por parte de alguns doadores por terem dominado e explorado outros territórios, por isso fornecem ajudas externas às antigas colónias como forma de aliviar esse tal sentimento de culpa, funcionando essas ajudas também como uma forma de criar e manter alguma influência política sobre os mesmos. Já outros autores, como *Mawdsley* (2007) por exemplo, sugerem que as políticas externas e as relações económicas são os factores determinantes dos fluxos de ajudas externas.

*Radelet* (2006) diz que o tamanho do país recipiente também é importante na hora de decidir que país ajudar. Países como o Bangladesh, a Indonésia, a Nigéria e o Paquistão recebem montantes de ajudas relativamente pequenos quando medido em termos per capita, apesar das centenas de milhares de pessoas que vivem na pobreza nesses países. Por outro lado, países pequenos recebem montantes elevados nos mesmos termos de comparação. E reforça que, por razões políticas, os doadores procuram geralmente ter influência em tantos países quanto possível, o que leva a que montantes desproporcionados de ajudas possam ir para um grande número de países relativamente pequenos.

É comum ver-se nas ajudas externas uma forma de aliviar a pobreza nas diversas regiões, mas aceita-se que o alívio da pobreza nem sempre é a condição mais importante para o uso das ajudas externas. Embora muitos programas de ajuda sejam desenhados tendo como principal objectivo o alívio da pobreza mundial, tendo como exemplo desses casos o *BM* ou a *USAID* e mais recentemente o *MCA*, apesar de todos serem programas com o objectivo de aliviar a pobreza todos têm critérios que os países têm que cumprir para poderem ter acesso a tais fluxos. Isto implica por vezes que

alguns países, apesar de serem muito pobres, não consigam ter acesso a essas ajudas, uma vez que podem não preencher todos os critérios necessários que cada um dos programas em causa obriga. Um exemplo concreto desta situação é o caso do programa *MCA*, que não providência ajudas a países que apresentem elevado índice de corrupção, mesmo que estes sejam muito pobres, como é o caso por exemplo de Afeganistão.

Pelo que se conclui que as ajudas bilaterais são mais propensas a serem usadas como um instrumento de suporte a interesses económicos e geoestratégicos dos países doadores e não como uma forma de alívio da pobreza em si. Já a ajuda multilateral é menos propensa a ser usada para tais fins, sendo que muitos dos programas de ajuda são mesmo criados com o intuito de diminuir a pobreza no mundo, mas não é totalmente improvável.

### **1.2.3. A Efectividade das Ajudas**

Muitos debates académicos sobre a eficiência da ajuda externa têm sido centrados na relação entre ajuda e crescimento, apesar de uma parte substancial dessa ajuda não ser dirigida com a finalidade de promover o crescimento. Quando essa separação não é feita, é de se esperar que os resultados a que se chegam sejam nulos ou inconclusivos.

*Radelet et al.* (2004), para examinarem a relação entre a ajuda externa e o crescimento económico, dividiram a ajuda em três categorias, como se pode ver na tabela que se segue:

**Tabela 5: Categorias das Ajudas Externas**

<i>Ajuda Humanitária</i>	<i>Ajuda com Impacto a Longo Prazo</i>	<i>Ajuda com Impacto a Curto Prazo</i>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assistência a desastres;</li> <li>• Ajuda de emergência;</li> <li>• Ajuda alimentar;</li> <li>• Assistência humanitária;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Governo e sociedade civil;</li> <li>• Protecção geral do meio ambiente;</li> <li>• Participação das mulheres no desenvolvimento;</li> <li>• Saúde;</li> <li>• Educação;</li> <li>• Políticas populacionais;</li> <li>• Fornecimento de água e saneamento;</li> <li>• Política e gestão administrativa;</li> <li>• Assistência a organizações não governamentais (ONG);</li> <li>• Outras infra-estruturas e serviços sociais;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Transporte e armazenagem;</li> <li>• Comunicação;</li> <li>• Geração e distribuição de energia</li> <li>• Serviços bancários e financeiros;</li> <li>• Comércio e outros serviços;</li> <li>• Agricultura, florestação, e pesca;</li> <li>• Indústria, recursos mineiros e minas;</li> <li>• Construção;</li> <li>• Assistência estrutural;</li> <li>• Suporte orçamental;</li> <li>• Perdão de dívidas.</li> </ul>

**Fonte:** *Radelet et al. (2004)*

No primeiro grupo, ajuda humanitária, chegaram à conclusão que teria uma relação negativa com o crescimento, uma vez que os desastres ou guerras (principal causa da ajuda humanitária) causam em simultâneo o aumento das ajudas, tanto em géneros como sob a forma financeira, e afectam negativamente o crescimento económico. A causalidade aqui é inversa e negativa.

A segunda categoria são ajudas que podem afectar o crescimento, mas apenas indirectamente e num longo período de tempo. Não é de esperar que ajudas para suportar, por exemplo, reformas judiciais afectem o crescimento económico de forma rápida, e isto não acontecerá num período inferior a quatro anos, da mesma forma que

ajudas para melhorar as condições de saúde e melhorar o sistema de educação possam aumentar a produtividade do trabalho, mas não imediatamente. Por fim, a terceira categoria, aquelas que afectam o crescimento num período de tempo inferior a quatro anos. Espera-se que ajudas para construir, por exemplo, infra-estruturas devam afectar os rácios de crescimento de forma mais rápida. O mesmo se espera das ajudas que chegam em forma de dinheiro líquido, como as ajudas orçamentais, ou as para suportarem a balança de pagamento, é esperado que afectem positiva e rapidamente o crescimento económico.

De acordo com alguns estudos, como o caso de *Papanek (1973)*, *Denkabe (2003)*, *Radelet et al. (2004)*, *Moreira (2005)*, *Nushiwat (2007)*, independentemente da variável se tratar de Poupança, do Investimento ou do Crescimento Económico, o efeito da ajuda externa é por vezes significativamente positivo, ou significativamente negativo, ou ainda por vezes sem qualquer correlação em termos estatísticos.

*Moreira (2005)* diz que as explicações para estes resultados inconclusivos continuam não sendo claras, mas sugere causas teóricas ou metodológicas e/ou também econométricos. Em muitos dos casos a questão é que, a ajuda concedida a um país nem sempre tem como principal objectivo o crescimento ou nem sempre é aplicada em sectores que dinamizam a economia, e quando tal não acontece, é de se esperar que a relação entre *AOD/crescimento económico* seja nula ou mesmo negativa, uma vez que em muitos estudos, não é possível ou não se desagregam as ajudas para o desenvolvimento das ajudas humanitárias, por exemplo. E continua dizendo que, após algumas considerações teóricas e empíricas, muitos autores concluíram que

independentemente da variável dependente (ver tabela 3), os estudos feitos até então apontam para uma relação prévia positiva entre a ajuda e o crescimento.

**Tabela 6: Resultados de Estudos sobre o Impacto da Ajuda**

<b>Impacte da Ajuda:</b>	<b>Na Poupança</b>	<b>No Investimento</b>	<b>No Crescimento</b>
Relação Positiva	1	17	40
Relação negativa	25	0	1
Sem relação	15	1	31
<b>Total (131)</b>	<b>41</b>	<b>18</b>	<b>72</b>

Fonte: Moreira (2005)

*Denkabe (2003)* afirma que para dois países caracterizados por diferentes políticas macroeconómicas, fluxos similares de ajuda terão efeitos diferentes no crescimento económico. E no estudo onde examinou o contributo das ajudas externas no crescimento económico em contexto de políticas macroeconómicas, encontrou uma relação negativa e significativa entre a ajuda externa e o crescimento da economia. E argumenta que essa relação negativa pode ser devida à falta de capacidade política dos países recipientes de fazer uma absorção e utilização efectiva das ajudas.

Também *Due (2006)* encontrou uma relação negativa e significativa entre ajuda externa e crescimento das economias dos países em desenvolvimento (principalmente na região subsaariana), e sugere a existência de possíveis problemas na forma como a ajuda é providenciada actualmente. Também sugere causas como uma má gestão económica das ajudas, a corrupção e uma pobre coordenação e cooperação entre as agências que oferecem as ajudas. Este autor acrescenta que a região subsaariana, a região com o



montante mais elevado de ajudas, continua a ter uma *performance* muito baixa em termos de desenvolvimento.

Enquanto *Rao e Takirua (2008)*, estudaram o efeito da ajuda externa no caso concreto de Kiribati, e também encontraram um efeito negativo entre as ajudas e o crescimento económico, também *Feeny (2005)*, no seu estudo sobre o impacto das ajudas externas no caso da Papua Nova Guiné, chegou à conclusão de que a ajuda externa não tem contribuído para o crescimento económico deste país, apesar de ressaltar que o efeito da ajuda externa pode ter a ver com características específicas de cada país. Estes resultados coincidem com os encontrados por *Mosley et al. (1992)* que, apesar dos resultados positivos em outras regiões, encontraram também uma relação negativa entre a ajuda e o crescimento económico na região Asiática.

*Radelet et al. (2004)* apontaram uma variedade de razões para que a ajuda não suporte o crescimento. Primeiro, a ajuda pode ser simplesmente gasta em limusinas ou palácios presidenciais. Segundo, pode encorajar a corrupção, não apenas nos programas de ajuda mas, mais amplamente, também pode minar os incentivos e as iniciativas do sector privado ao investimento. Terceiro, os fluxos de ajuda podem reduzir a poupança, tanto a privada como a pública. Finalmente, pode ajudar a manter maus governos no poder, perpetuando políticas económicas pobres e adiando as reformas profundas necessárias.

Contrariamente, há estudos que revelaram uma relação positiva entre ajuda e crescimento económico. Cedo os analistas assumiram que a ajuda aumentaria o crescimento, aumentando a poupança, financiando o investimento, aumentando o *stock*

de capital e também, podendo ajudar a incrementar a produtividade do trabalho (como os investimentos na saúde e na educação, por exemplo).

Estudos como o de *Papanek* (1973) ou de *Dowling e Heimenz* (1982) chegaram à conclusão de que a ajuda externa influencia de forma positiva o crescimento económico em diversas regiões do globo. *Papanek* (1973) considerou diversas regiões em todo o mundo, encontrando evidencia de relações positivas, embora em regiões como a Ásia e o Mediterrâneo essa relação seja mais forte do que por exemplo nas Américas. *Mosley et al.* (1992) também chegaram à conclusão de que a ajuda tem uma influência positiva no crescimento económico em África, na América Latina e nas Caraíbas, embora isso não suceda em países da Ásia. *Moreira* (2005) concluiu que a ajuda se tem mostrado efectiva no crescimento económico em países com rendimento baixo, médio e médio alto em África, Ásia e América Latina.

Contudo, muitos estudos não concluíram que a ajuda funciona sempre mas, em média e até um certo ponto esta funciona, uma vez que se tem apontado ao facto de que fluxos muito grandes de ajudas, medidas em percentagem do *PIB* do país recipiente, podem ser contraproducentes, apesar de grandes fluxos de ajuda terem sido associados com um crescimento mais rápido.

A verdade é que nem todos os países que recebem ajuda vêem as suas economias desenvolver de igual modo, a realidade é que, uns crescem e outros continuam na mesma, por vezes até entram em recessão. A ajuda tem suportado o crescimento em algumas circunstâncias, mas não em outras, logo é de se esperar que existam

condicionantes que influenciam o crescimento económico perante situações de ajudas externas.

*Hudson e Mosley* (2001) chegaram à conclusão de que a ajuda tem uma relação positiva com o crescimento, mas que essa relação pode ser mais forte em certos casos, e sugerem, assim como *Feeny* (2005), que um dos motivos para essa diferença sejam as características dos países que recebem as ajudas. Em situações de ambiente de boas políticas macroeconómicas, o uso das ajudas torna-se mais eficientes.

Também *Burnside e Dollar* (1997) chegaram à conclusão de que a ajuda tem tido um forte e positivo efeito no crescimento económico em países de baixo rendimento com boas políticas económicas. Contrariamente, em países com políticas e regimes seriamente distorcidas, a ajuda externa não tem tido qualquer impacto mensurável.

Assim, sugere-se que existem certas condicionantes que afectam a efectividade da ajuda externa, e que podem ser sintetizados nos seguintes pontos:

➤ *Características dos países que recebem a ajuda* – os projectos do *BM* tiveram maiores retornos em países com fortes índices de liberdade civil, e *Burnside e Dollar* (1997) concluíram que a ajuda estimula o crescimento em países com boas políticas, mas não o contrário. Características como um clima de tensão política, economia caracterizada por trocas informais, a política e a qualidade das instituições, influenciam fortemente a efectividade das ajudas externas. Todavia, a visão de que a ajuda funciona melhor em países com boas políticas e instituições mais fortes e capazes tem-se tornado do conhecimento dos países e instituições doadores, tendo como exemplo disso as condições (“critérios de elegibilidade”) impostos pelo *MCC*.

➤ A prática dos doadores – a experiência e a prática dos doadores influencia fortemente a efectividade da ajuda. Exemplo disso é o facto das ajudas multilaterais poderem ser mais eficientes que as bilaterais, e ajudas sem quaisquer vínculos poderem ter maiores retornos. Ou ainda que doadores com muita burocracia acabam por muitas vezes não se conseguirem coordenar com outros doadores.

Estudos recentes começaram a explorar esta ideia de que nem todos os tipos de ajuda têm o mesmo impacto no crescimento económico. E isto acontece por duas razões principais: a **substância** e o “*timing*”. Na substância, quase todos os estudos procuram a relação entre ajuda e crescimento económico, quando grande porção dessa ajuda não é direccionada para o crescimento. A ajuda alimentar, por exemplo, é mais direccionada para suportar o consumo e colmatar algumas situações de escassez extrema, provocadas por causas como a guerra ou desastres naturais, não o crescimento. Contrariamente, ajudas para construir estradas, pontes, facilitar a comunicação ou para suportar a produção agrícola, por exemplo, é de se esperar que tenham um impacto rápido e positivo no crescimento económico. Acontece que em muitos estudos estas duas situações não são devidamente separadas, acabando por comprometer os resultados a que se podem chegar (*Radelet et al.* - 2004).

Portanto, desde de que a ajuda não seja canalizada para o crescimento é de se esperar que essa relação não aconteça. Sendo assim, estudos que combinem esses dois tipos de ajudas são susceptíveis de encontrar resultados misturados e provavelmente uma relação fraca ou até negativa entre estes dois fenómenos.

Quanto ao “*timing*”, grande parte dos estudos *cross-country* do crescimento económico usa dados de painel normalmente com todas as observações correspondendo a um período de quatro anos. Este é um horizonte temporal muito curto para se examinar a relação ajuda crescimento. Ajudas para suportar a educação, ou a saúde, por exemplo, podem estimular o crescimento, mas é provável que o impacto leve décadas a ser sentido. Estes autores sugerem assim que se usem longos períodos de tempo, o mais longo possível, mas há aqui um *trade-off*, em períodos de tempo muito longos seria mais difícil isolar o impacto da ajuda no crescimento de outras influências.

Apesar da *AOD* ter falhado em algumas circunstâncias e em alguns países, o facto é que suportou a redução da pobreza e contribuiu para o crescimento em outros países. Muitas das fraquezas nas ajudas prestadas devem-se aos doadores e não aos países que as recebem, especialmente pelo facto de grande quantidade da ajuda ser dada aos aliados políticos, que em muitos casos não estão interessados em reduzir a pobreza do povo nem em fazer crescer a economia.

Portanto, nos últimos 40 anos, desde que a Assistência ao Desenvolvimento se tornou mais comum na década de 60 do século passado, os indicadores de pobreza caíram em muitos países e indicadores de saúde e educação melhoraram mais rapidamente do que em quaisquer outros períodos de 40 anos na história da humanidade (*Radelet et al.*, 2004).

### **1.3. O Programa *Millennium Challenge Account***

“Após a publicação do *National Security Strategy (NSS)* de 2002, onde a administração *Bush* identificava os *failed States* como fontes de ameaças que desafiavam a segurança global, o governo norte-americano formulou a sua maior estratégia para lidar com tal problema, o *MCA* (Neves, 2007)”.

Segundo *Afonso e Fernandes* (2005), os efeitos do pós-11 de Setembro explicam o reatar da ajuda. Contudo, se esses acontecimentos “mudaram o mundo” alterando a forma como se vê a política contemporânea e as previsões para a paz e segurança global, as consequências desta mudança para a ajuda só agora começam revelar-se como positivas porém ambíguas. O terrorismo e a ameaça de armas de destruição maciça provocaram o regresso ao tipo de política externa associada aos interesses nacionais de segurança e geoestratégicos. Os países ricos tornaram-se mais proactivos na luta contra a pobreza no mundo. Mas, pese embora o facto de estar firmemente esclarecido que alguns países continuam a precisar de ajuda, os factores políticos continuam a desempenhar um importante papel na tradução de necessidade para pedido efectivo.

O *MCA* tem como *slogan*, “*Reducing Poverty Through Growth*”, sublinhando que o princípio é escolher os “vencedores”, e tem como missão promover o crescimento económico, reduzir a pobreza extrema nos países em desenvolvimento, providenciando

ajudas através de um acordo “compacto”<sup>3</sup> com o governo do país seleccionado. O *MCA* promete fazer uma mudança fundamental na política de assistência ao desenvolvimento dos *E.U.A* a países terceiros, desde que o Presidente *Jonh Kennedy* introduziu o Corpo da Paz e a *USAID* no início dos anos sessenta (*Radelet, 2003*).

Pretendeu-se que o *MCC* tivesse um *Staff* reduzido, composto pelo Secretário do Tesouro, o administrador do *USAID*, o Presidente dos Serviços da Ajuda Católica e por *Christine Todd Whitman*<sup>4</sup>. Assim, a gestão do fundo fica o mais perto de um modelo de governação privado quanto possível (*Mawdsley, 2007*).

Segundo *Owusu (2007)*, inicialmente o *MCA* foi visto como uma oportunidade para reestruturar a política de ajudas externas dos *E.U.A* em quatro importantes vectores:

- 1º – O então Presidente *Bush* prometeu aumentar a ajuda externa em 50% em relação às ajudas externas concedidas em 2002;
- 2º – Os objectivos propostos pelo *MCA* diferem significativamente dos anteriores programas de ajudas externas dos *E.U.A*;
- 3º – Espera-se que o programa *MCA* seja politicamente neutro, e que a distribuição dos fundos não seja influenciada por considerações estratégicas e
- 4º – Em vez de confiar a administração do programa *MCA* à *USAID*, foi criado uma nova instituição, o *MCC*.

---

<sup>3</sup> O “Compacto” é um acordo plurianual entre o *Millennium Challenge Corporation* (*MCC*) e o país elegível, no sentido de encontrar os programas específicos direccionados à redução da pobreza e simultaneamente ao crescimento económico. Este programa deve ser desenvolvido sob consulta dos cidadãos, incluindo mulheres, organizações não governamentais e o sector privado; ser capaz de medir o crescimento económico e a redução da pobreza e deve ser implementado, dirigido, pelo país.

<sup>4</sup> Ex governadora do Estado de *New Jersey*.

Por outro lado, o *MCA* traz consigo a oportunidade de melhorar significativamente a distribuição das ajudas externas dos *E.U.A.* porque, da forma como se encontra planeada, difere dos outros programas de assistência norte-americano por ser mais cuidadoso e claro na definição dos seus objectivos; de assistir unicamente a um grupo seleccionado de países com baixos rendimentos e que implementam boas políticas de desenvolvimento; espera-se que a administração do *MCA* tenha menos burocracias e custos administrativos mais baixos que outros programas de assistência; e por fim, o facto do plano administrativo dar aos países receptores do fundo a oportunidade de participarem no desenho, na implementação e na evolução do programa de forma a melhorar a eficiência e a eficácia do programa (*Radelet, 2003*).

*Mawdsley (2007)* diz que o cálculo da média e de como cada país alcança o financiamento do *MCA* dá uma relativa transparência ao processo por ser baseado num *ranking* de avaliação pública, incluindo o *BM* e a Fundação *Heritage*, mostrando o interesse na neutralidade política das fontes, e actuando como fonte de informação para os países que desejem trabalhar para serem eleitos. O *MCA* é responsável por monitorizar a implementação e o progresso do mesmo.

O programa *MCA* pode ser enquadrado num tipo de ajuda financeira e multilateral pretendendo desenvolver e dinamizar o crescimento económico do país que recebe tendo como finalidade máxima a diminuição da pobreza neste país. Os países eleitos para beneficiar dos fundos do programa *MCA* têm a responsabilidade de desenhar os projectos nos quais os fundos serão aplicados, o projecto pode ser desenvolvido sob consulta dos cidadãos e dos agentes económicos do país de forma a englobar as principais carências do país, após a aprovação do referido projecto pelo *MCC*, o país

em causa começa a receber os fundos e a fazer a sua aplicação e é acompanhado e apoiado por entidades do programa *MCA*.

Todas estas condições permitem fazer com que o *MCA* reclame para si potenciais ganhos e melhorias, incluindo o aumento da assistência dos *E.U.A* ao desenvolvimento; melhorando a transparência na escolha dos países a receber as ajudas; melhorando o uso das ajudas pelos países receptores; distanciando dos objectivos geopolíticos; melhorando a efectividade dos empréstimos; e isto, aliado a países com uma trajectória de boa governação, torna o fundo menos propenso a ser usado para fins corruptos (*Mawdsley, 2007*).

### **1.3.1. Pressupostos da criação do programa *Millennium Challenge Account***

A globalização e a abertura económica fizeram com que o mundo se tornasse numa aldeia global, para que acontecimentos num local influenciem todo o resto do mundo. O 11 de Setembro foi sem dúvida um desses acontecimentos que teve consequências globais e a todos os níveis, despertando um sentimento de insegurança global, desencadeando desde de esta data uma corrida a instrumentos capazes de por termo ao receio de ataques terroristas. *Soederberg (2004)* diz que o *NSS* tornou claro que o evento de 11 de Setembro mostrou aos *E.U.A* que os *failed states* como o caso de Afeganistão podem por em perigo os interesses nacionais dos “*Strong States*” como os *E.U.A*.

O *MCA*, da forma como se encontra desenhada, esta mais capaz de definir metas específicas, assegurando que os recursos serão melhores distribuídos para redução da

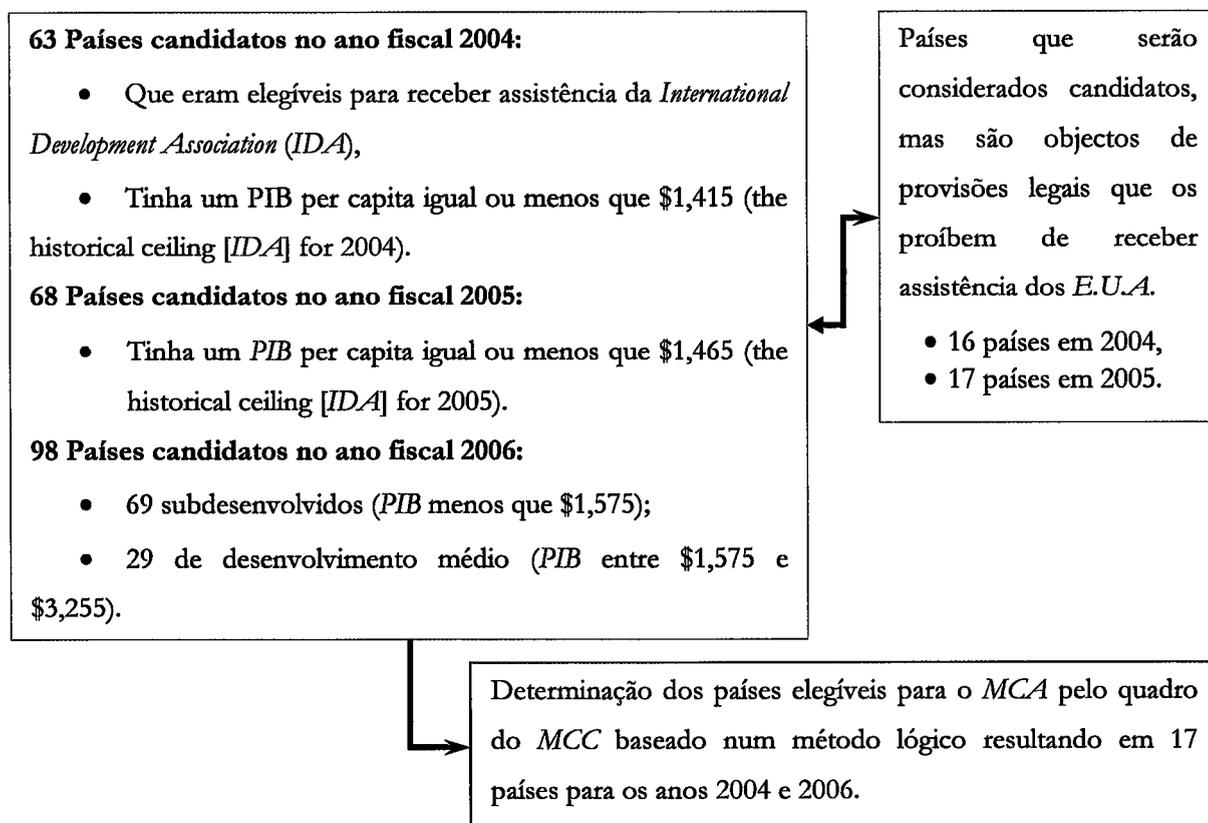
pobreza e permitir uma evolução dos resultados de uma forma mais inteligente (Radelet, 2003). E isto pode ajudar a assegurar que tanto àqueles que recebam como os que concedem as ajudas terão melhores resultados neste programa de ajuda externa. Apesar de tudo, Owusu (2007) diz que a eficácia do *MCA* como uma ferramenta de alívio da pobreza ou como uma estratégia antiterrorista continua duvidoso, mas seu o lugar numa ampla estratégia da política de ajudas externas dos *E.U.A* é óbvio.

De acordo com um discurso do então Presidente *Bush*, “ (...) *much U.S foreign aid had been wasted*”, daí ver-se este programa como um meio de melhorar a forma como as ajudas externas são concedidas, fazendo uma triagem dos países, acreditando-se que os países que passarem estão mais preparados para melhor aproveitar a ajuda, canalizando-as na redução da pobreza. E *Brainard e Driscoll* (2003) afirmam que o *MCA* oferece uma oportunidade para moldar o rosto que os *E.U.A* apresentam às nações pobres.

#### **1.3.1.1. Qualificação dos Países para Acesso ao Fundo**

*Hackett* (2006) diz que *MCA* tem revelado num programa com uma abordagem de assistência que não é apenas novo, mas “corajoso”, identificando os obstáculos para uma assistência efectiva. O *MCA* providência ajuda especialmente a países que mostram empenhados em reduzir a pobreza e aumentar a qualidade de vida dos seus cidadãos.

**Figura 1: Processo para Determinar os Países Elegíveis**



**Fonte:** Franzel e Gootnick (2005) e Tarnoff (2007), MCC (2005)

Começa-se com uma lista de países com rendimento abaixo do determinado. Em 2004, constavam 63 países com *PIB per capita* abaixo dos \$1.415 que qualificaram para emprestar do *BM*, excepto aqueles que por diversas razões, foram eliminados pelos *E.U.A.* O *PIB* máximo aceite subiu no terceiro ano para incluir os países com rendimento médio, com um *PIB per capita* anual abaixo dos \$3.035.

Para além de cumprir todos os pontos que constam da figura 1, para habilitarem a beneficiar do fundo têm que cumprir alguns critérios elegibilidade, conforme se vê na figura 2. Estes critérios permitem que os países sejam comparáveis entre si. Têm que atingir a média em três dos seis indicadores de governação, em dois dos quatro indicadores sociais e em três dos seis indicadores económicos, também têm que atingir

a média no indicador de controlo da corrupção para poder ser eleito, e segundo *Mawdsley (2007)* relembra, se todos os outros indicadores estiverem na média, e um país ficar abaixo da média no indicador corrupção, na teoria, será logo desqualificado.

**Figura 2: Determinação dos Países Elegíveis – “Critérios de elegibilidade”**

**Componente quantitativa**

- Pautar acima da média <sup>a</sup> em pelo menos metade dos indicadores em cada uma das três categorias,
- Pautar acima da média no indicador da corrupção.

**Indicators**

Ruling justly	Investing in People	Encouraging economic Freedom
Political rights	7. Girls’ primary education completion rate <sup>b</sup>	11. Country credit rating
2. Civil liberties	8. Public primary education	12. One-year consumer price spending (as a percent of inflation <sup>d</sup> <i>GPD</i> )
3. voice and accountability	9. Public expenditure on health (as a percent of <i>GPD</i> )	13. Fiscal Policy
4. Government effectiveness	10. Immunization rate <sup>c</sup>	14. Trade policy
5. Rule of law		15. Regulatory quality
6. Control of corruption		16. Days to start a business

**Descrição do compacto**

Adicionalmente, o quadro *MCC* considera:

- Se algum país ficar substancialmente abaixo da média (ficando 25 percentil ou mais baixo) em qualquer indicador são tomadas medidas para apoiar esta limitação;
- Informações suplementares para apoiar qualquer falha, ou outras fraquezas nos dados;
- Outras informações matérias.

<sup>a</sup> No ano fiscal 2004 e 2005 a média para os 16 indicadores foi baseada na pontuação de todos os países que alcançaram os critérios, incluindo os não aptos para receber assistência económica dos E.U.A. sob forma de ajudas externas.

<sup>B</sup> Para o ano 2004, *MCC* usou o ratio de educação primária completa.

<sup>C</sup> Média do ratio de imunização para *DPT3* – difteria, tosse convulsa e tétano – e outras doenças.

<sup>d</sup> Para o indicador inflação do preço para o consumidor, os países não têm que pontuar muito acima da média; mas esta rácio na pode exceder os 20% para 2004 ou 15% 2005.

**Fonte:** *Franzel e Gootnick (2005)* e *Tarnoff (2007)*

A escolha dos países pode ser uma exclusão tanto na forma passiva como na activa.

Primeiramente, porque o *MCA* não está direccionado para os “países falhados” que o

NSS identificou como sendo um risco significativo para a segurança dos *E.U.A.*, países como o Afeganistão têm remotas probabilidades de qualificarem à assistência, dado ao seu conhecido falhanço em alcançar os critérios do *MCA* na liberdade económica, governação justa e investimento na população. Além disso, muitos países com um número significativo de pobres estão legitimamente excluídos de receberem ajudas dos *E.U.A.*, incluindo Burma e Zimbabué.

Mas, possivelmente, os critérios do *MCA* levam a crer que países com situação de extrema pobreza (como o Lesoto) não são os alvos específicos, nem os com altos números absolutos de pobres (como é o caso da Índia). Como sempre, estas decisões podem ser justificadas dentro dos termos de referência do *MCA*, e devido ao facto do *MCA* ser apenas um entre muitos outros programas e agências com diferentes objectivos que trabalham em cerca de 150 países (*Mawdsley, 2007*).

A ideia central do *MCA* é que a ajuda possa ser usada de uma forma mais eficaz se for focado em nações onde os governos estão mais comprometidos em estabelecer políticas e instituições conducentes para o crescimento económico e na redução da pobreza. Infelizmente, muitos líderes nos países com rendimento baixo estão mais interessados em consolidar o seu poder e enriquecer do que lutar contra a pobreza e um programa desta envergadura num país destes sofreria com os resultados. Assim, muitos países com baixo rendimento ficam de fora, visto que este escolhe os países que estão interessados em construir melhores escolas e hospitais e em desenraizar a corrupção. Uma vez que em estados corruptos os governantes tendem a guardar as ajudas em “cofres próprios” e fazem pouco ou nada para proporcionar à população oportunidades necessários para sair da pobreza.

Por outro lado, *Burnside e Dollar* (1997) ou *Radelet* (2003) dizem que muitos dados estatísticos recentes mostram que as ajudas têm geralmente efeitos positivos no crescimento económico em países com bom desempenho macroeconómico; boas políticas comerciais; com fortes investimentos na saúde e na educação; boa governação e menos corrupção, por outro lado, as ajudas tendem a ter menos ou nenhum efeito no crescimento económico em países com políticas fracas e altos níveis de corrupção.

Assim, o desafio dos países doadores é o de distinguir os países onde as ajudas têm probabilidades de serem melhores aproveitados e aqueles onde essa probabilidade é menor. Mas, por outro lado, a consecução de tais objectivos faz com que muitos países pobres aos quais as ajudas poderiam ser uma boa forma de conseguirem algum crescimento económico e redução do nível de pobreza fiquem de fora, pondo em causa uma das principais razões para o qual o fundo foi criado, a redução da pobreza mundial.

#### **1.3.1.2. MCA como Ferramenta de Luta Contra a Pobreza e o Terrorismo**

O uso do *MCA* como uma ferramenta de luta contra a pobreza e contra o terrorismo é baseado no pressuposto de que a pobreza e o terrorismo estão ligados. O então Presidente *Bush* enfatizou tal ligação aquando do anúncio do programa *MCA*, declarando que «*We fight against poverty, because hope is an answer to terror*». E também quando a *NSS*, afirmou que a pobreza não torna os pobres em terroristas e assassinos, porém a pobreza, aliada a instituições fracas e a corrupção podem fazer com que os *failed states* fiquem vulneráveis aos terroristas e a cartéis de droga dentro das suas fronteiras (*Owusu*, 2007).

Neves (2007) diz que a ligação da pobreza à segurança não é um conceito novo nos programas de ajuda dos *E.U.A.*, um argumento similar foi usado por exemplo durante a Guerra Fria, nesta altura, argumentou-se que a pobreza criava descontentamento e que este por sua vez aumentava a atracção para o Comunismo, portanto, eliminar a pobreza era importante para acabar com as causas do descontentamento e parar com a expansão do Comunismo.

Devido à relevância dado à pobreza e ao terrorismo na definição dos pilares do *MCA* é importante ver até que ponto estes dois factores estão ligados e qual a influência da pobreza sobre o terrorismo. Primeiramente, começa-se por definir o terrorismo como sendo o uso calculado de violência contra civis de forma a atingir objectivos no campo político, religioso ou ideológico através do uso da intimidação, coerção ou da persuasão pelo medo (*Owusu - 2007*). Por outro lado, *Crespo e Gurovitz (2002)* definem a pobreza como uma desigualdade na distribuição de renda. É explicitada segundo o padrão de vida vigente na sociedade que define como pobres as pessoas situadas na camada inferior da distribuição de renda, quando comparadas àquelas melhor posicionadas.

Contudo, *Owusu (2007)* põe em causa tal ligação, mostrando que nem todos os ataques terroristas têm origem em países pobres, dando o exemplo de casos como o bombardeamento na cidade de *Oklahoma*; as actividades do exército na República Irlandesa; os Separatistas Bascos em Espanha, acabando por demonstrar que o terrorismo pode originar em países desenvolvidos e ocorrer em países que não são Islâmicos e que nem todo o terrorismo é de carisma internacional.

Mas, por outro lado, a pobreza no Afeganistão ou no Sudão, proporcionaram um lugar seguro para o *Osama Bin Laden* e a sua organização, *Al – Qaeda*, justificando em grande parte a ligação estabelecida entre pobreza e terrorismo, e a criação do *MCA*. O argumento usado por muitos autores para suportar tal ligação é o facto de apesar de alguns terroristas não serem pobres, estes provêm de sociedades que são pobres. E *Neves (2007)* diz que de facto, essa ligação não é de completo infundada. Dados sobre ataques terroristas no mundo mostram que na década de 90 a maior parte dos terroristas vieram de países pobres e de regimes autoritários como Sudão, Afeganistão e Argélia. Sendo que grande parte das organizações designadas como terroristas pelos *E.U.A* utilizam *failed states* como suas principais bases de operação.

No debate do contexto pós 11 de Setembro, é importante relembrar que a grande maioria dos países pobres no mundo, especialmente em África, não são terroristas, apesar da pobreza em certos lugares proporcionar um bom local para os terroristas, as evidências em todo o mundo não suportam uma relação causal tão simplista.

*Mawdsley (2007)* diz que a pobreza aliada a instituições fracas e a uma má governação faz aumentar o terrorismo, doenças, drogas, imigração, instabilidades e conflitos. Apesar de admitir que alguns países pobres podem tornar num lugar potencial para actividades terroristas, não se pode admitir uma ligação directa entre pobreza e terrorismo. A causa do terrorismo é muito mais complexa do que uma interpretação económica e o alívio global da pobreza deve focar nos pobres porque são pobres e não porque são potenciais terroristas (*Owusu 2007*).

### **1.3.1.3. Países Eleitos Para o Programa MCA**

Qualificaram-se para o acesso ao fundo do MCA em 2005 dezassete países no total, sendo que destes, dezasseis já tinham qualificado para aceder ao fundo no ano 2004.

Sendo eles:

✓ Do continente africano: Benim, Cabo Verde, Ghana, Lesoto, Moçambique, Madagáscar, Mali, Marrocos e Senegal;

✓ Da América Latina: Bolívia, Honduras e Nicarágua;

✓ Da Ásia. Mongólia, Sri Lanka e Vanuatu, e por fim,

✓ Da Europa do Leste: Arménia e Geórgia.

Sendo que até finais de 2005 apenas cinco países (Cabo Verde, Geórgia, Honduras, Madagáscar e Nicarágua) tinham apresentado o “compacto” junto do *MCC* que, aprovou o programa apresentado por cada um deles.

O “compacto” assinado com Cabo Verde envolve 110 milhões de *USD* por um período de cinco anos tendo arrancado e recebido o primeiro desembolso em 2005. De igual montante é “compacto” assinado com Madagáscar, mas este tem um período de quatro anos e tornou funcional também em 2005. O volume do “compacto” assinado com Nicarágua é de 175 milhões de *USD* e por um período de cinco anos, no entanto, este em finais de 2005 ainda não tinha arrancado. Também não tinha arrancado nessa data o “compacto” de 295 milhões de *USD* assinado com Geórgia. Já o “compacto” de 215 milhões de *USD* assinado com Honduras, em finais de 2005 já tinha arrancado, mas ainda não recebera quaisquer desembolsos.

### **1.3.2. Millennium Challenge Account e África**

África é um dos continentes mais pobres de todo o globo, onde metade dos seus 300 milhões de habitantes vive abaixo do limiar da pobreza e onde, ao contrário de outras regiões no mundo a pobreza tem vindo a aumentar (*Owusu 2007*).

Com o despertar do 11 de Setembro e de um consenso internacional sobre a segurança, terrorismo e *failed states*, África enfrenta novos desafios (*Deegan 2004*). Devido a relação feita entre pobreza e terrorismo, é crucial por termo à situação de pobreza extrema que se vive no continente, para que esta não se torne numa “potência” dos terroristas.

Como uma região, a África subsariana tem sido a última beneficiária com o processo de globalização, e a redução da pobreza não tem sido impressionante (...). O número de pessoas a viver com menos de um dólar por dia aumentou de 47% em 1990 para 49% em 1999. Apesar disso, África ainda não se tornou num local “ardente” para o terrorismo internacional, mas a pobreza, guerra civil, conflitos e Estados Falhados podem criar semelhante ambiente (*Owusu 2007*). Isto leva a pensar que, o facto de este continente ter todo um conjunto de condições favoráveis ao aparecimento de grupos terroristas torna-se fundamental travar uma luta de forma a acabar com tais circunstâncias. Por outro lado *Graham e Hoover (2006)* afirmam que muitas economias africanas são caracterizadas por uma troca extensiva e informal, pela corrupção e por uma intervenção ineficiente por parte dos seus governos.

A relação pobreza/terrorismo está de tal forma enfatizada, que se acredita que a melhor ferramenta de combate ao terrorismo seja o alívio da pobreza, bem como atacar os potenciais focos. Isto leva o combate da pobreza em África para um patamar especial, porque este continente pode vir-se a tornar num solo fértil para os terroristas, logo num grande perigo para a segurança de países ricos.

*Owusu* (2007) argumenta que o continente africano é importante na luta que os *E.U.A* têm travado contra o terror, porque o continente tem recursos que podem reduzir a dependência dos *E.U.A* do petróleo do Médio Oriente. E, continua dizendo que quer do ponto de vista humanitário ou instrumental (motivado por interesses pessoais), o programa *MCA* tem importantes implicações políticas em África.

Contudo, *Deegan* (2004) diz que ainda é muito cedo para prever o impacto desta política em África, mas que é bastante aparente que o comércio não a ajuda, é visto como o potencial caminho através do qual África pode reformar política e economicamente. O *MCA* é ainda um programa novo, portanto pode apenas especular-se sobre o seu potencial efeito. Em qualquer caso, o impacto do programa em África irá depender em quanto a ajuda actual do *MCA* alcançar os países africanos e em como o dinheiro será usado para direccionar os reais interesses dos pobres (*Owusu* - 2007).

#### **1.4. Breve Caracterização de Cabo Verde e da sua Economia**

Cabo Verde é um pequeno país composto por dez ilhas e oito ilhéus e uma superfície de 4.033  $km^2$ , tem uma população estimado de 508.633 habitantes (*INE-CV* censo de 2000), sendo uma população jovem com uma média de 23 anos. Este arquipélago foi

uma colónia de Portugal que se tornou independente em 1975. Dos poucos recursos que o país dispõe, os mais relevantes são a agricultura, que é frequentemente afectado pelas secas, e a riqueza marinha que se encontra pouca explorada, devido a falta de capacidade económica para tal. O *PIB* do país, é produzido, na sua maior parte, pelo sector terciário e pelo turismo que começa a ser uma fonte de receita com um grande peso (19,8% do *PIB* em 2007). O grande peso das ajudas externas e das remessas dos emigrantes faz com que a economia do país seja muito dependente do exterior.

Cabo Verde goza hoje de um ambiente satisfatório; liberdade religiosa; sociedade civil dinâmica; liberdade de imprensa; democracia madura, comparável a muitos países desenvolvidos. E os sucessivos governos do país têm investido na educação e saúde, fazendo de Cabo Verde uma nação que atingiu em 1997 o “Ensino Primário Universal” sem desequilíbrios entre sexos, muito antes da fixação pelas Nações Unidas dos “Objectivos do Milénio”. Segundo dados do *BM*, a pobreza no país reduziu-se em 1/4 desde a última década e o índice de desenvolvimento humano melhorou de 0,59 em 1990 para 0,72 em 2006, ficando no 106º lugar no *ranking* mundial. Ainda, segundo a mesma fonte, apesar da pobreza ter diminuído, este afecta 37% da população, e um dado preocupante é o aumento da desigualdade entre ricos e pobres.

Uma vez que Cabo Verde preenchia 2 dos 3 critérios exigidos para um *PDM*, aumentou o índice de desenvolvimento humano e o rendimento *per capita*, desde o dia 1 de Janeiro de 2008 deixou de fazer parte do grupo dos países menos avançados, grupo que integrava desde 1977. Passou a ser classificado como *PDM* mas, conforme a resolução da Assembleia Geral da *ONU*, essa passagem ao grupo de *PDM* só se torna efectiva após um período de três anos. Nesse intervalo, o país deverá preparar uma estratégia de

transição para permitir uma saída por etapas e criar condições para que a “promoção” não constitua um obstáculo ao desenvolvimento do arquipélago. Apesar de o índice de desenvolvimento humano em Cabo Verde ser de cerca de 0,717%, acima da média do grupo de 86 países do mundo com um nível médio de desenvolvimento (0,695%), o país tem vulnerabilidades como a baixa capacidade produtiva interna e a forte dependência da sua economia a factores externos e de ajudas externas.

#### **1.4.1. Análise da Situação Económica de Cabo Verde**

Sem capacidade produtiva o país tem uma forte carga das importações nas suas contas, importando grande parte dos bens de consumo geral. Apesar disto, a evolução de alguns dos principais indicadores económicos têm sido positiva nos últimos anos. Da tabela abaixo, conclui-se que os indicadores económicos têm apresentado sinais positivos, sendo o indicador mais relevante crescimento económico, em concreto no ano 2006, verificou um crescimento de 6,5%, e em 2007 de 6,9%.

**Tabela 7: Principais Indicadores Económicos de 2002 a 2007**

<b>Principais Indicadores Económicos</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	
PIB ( <i>t.v.a</i> )	5,4	4,7	4,4	5,8	6,5	6,9	
Inflação ( <i>t.v.a</i> )	1,9	1,2	-1,9	0,4	5,5	2,5	
	( <i>t.v.h</i> )	3,0	-2,3	-0,3	1,7	6,2	0,2
Saldo Orçamental (% PIB)	-3,4	-3,4	-1,3	-4,0	-4,5	-2,1	
Dívida Pública (%PIB)							
Externa	50,7	53,3	51,8	50,8	46,1	-----	
Interna	45,6	43,5	43,8	44,3	39,7	-----	

**Fonte:** Banco de Portugal (2006/2007, p. 39)

*t.v.a* – taxa de variação anual

*t.v.h* – taxa de variação homologa

Da tabela 5 pode-se ver que as contas externas têm um forte peso no orçamento do país. De 2003 a 2007, constata-se que as mesmas deterioraram, tendo como principal causa o aumento das importações, agravando o saldo comercial. A balança de transacções correntes, mais concretamente no ano de 2006 agravou, quase que duplicando em relação ao ano anterior. No entanto o saldo global manteve positivo.

**Tabela 8:** Contas Externas de 2003 a 2007

<b>Balança de Pagamentos em % do PIB</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>
Balança Corrente	-12,0	-14,3	-2,7	-5,3	-7,9
B. Comercial	-37,8	-41,0	-34,9	-40,1	-44,0
Exportação	6,5	6,2	8,9	8,3	6,7
Importação	-44,3	-47,2	-43,8	-48,4	-50,8
B. Serviços	1,7	3,4	7,6	13,6	16,9
Dq: Receitas do Turismo	10,4	10,4	12,1	19,0	19,8
B. Rendimentos	-1,6	-2,0	-3,4	-3,9	-4,1
Transf. Unilaterais	25,7	25,2	27,9	25,2	23,3
dq: Remessas dos emigrantes	12,0	10,7	12,4	10,7	9,9
B. Capitais e Financeiras	9,1	17,3	8,8	11,7	12,3
B. Capitais	3,1	2,5	2,1	2,2	2,1
B. Financeiras	5,9	14,8	6,7	9,6	10,2
B. Global	-0,4	3,8	5,7	4,9	4,4

**Fonte:** Banco de Portugal (2006/2007, p. 41)

A procura interna tem aumentado, lavando a um aumento das importações o que faz agravar o saldo da balança comercial. Por outro lado, tratando-se Cabo Verde de uma pequena economia aberta, fica muito vulnerável ao contexto externo, assim, o aumento das taxas de juro no exterior, fez aumentar o défice da balança de rendimentos, e devido a uma conjuntura externa menos favorável, houve uma consequente diminuição no fluxo das transferências dos emigrantes de cerca de 1,2%. O saldo da conta de capital e das operações financeiras registou um acréscimo importante em 2006, sobretudo com

reflexo do crescimento do Investimento Directo Estrangeiro (*IDE*). Os *IDE*'s aprovados têm tido importantes evoluções nos últimos anos, registando um aumento significativo no ano 2006 duplicando em relação a 2005.

**Tabela 9:** Fluxos de *IDE* Aprovados em Cabo Verde de 2000 a 2006

Ano	Investimento (000 USD)	Empregos Gerados
2000	119.403	1.347
2001	17.454	495
2002	38.929	876
2003	38.789	1.024
2004	43.863	596
2005	250.021	2.377
2006	509.117	2.712
<b>Total</b>	<b>1.017.576</b>	<b>9.427</b>

**Fonte:** Cabo Verde Investimentos

O *IDE* tem tido um forte peso no sector turístico em Cabo Verde, que segundo *Fidalgo* (2007) referiu no seminário “A importância do Imobiliário – Turístico”, no Salão Imobiliário de Lisboa; neste momento, o turismo, que tem sido o motor do crescimento já atingiu um nível que suscita grandes investimentos privados em outras áreas como: a energia, a água, o saneamento, a habitação, a saúde, a educação e formação profissional, em infra-estruturas, etc., concluindo, portanto que o *IDE* tem arrastado a uma série de outros investimentos que são importantes para o desenvolvimento do país.

A fraca capacidade produtiva do país, aliada a forte dependência da economia aos factores externos podem por em causa o crescimento que o país tem vindo a conhecer nos últimos anos, pelo que Cabo Verde enfrenta grandes desafios para manter o crescimento da sua economia e como forma de manutenção do país no conjunto dos

*PDM*, uma vez que a vulnerabilidade económica é um dos critérios com bastante peso nessa manutenção.

### **1.5. A Assistência Oficial ao Desenvolvimento em Cabo Verde**

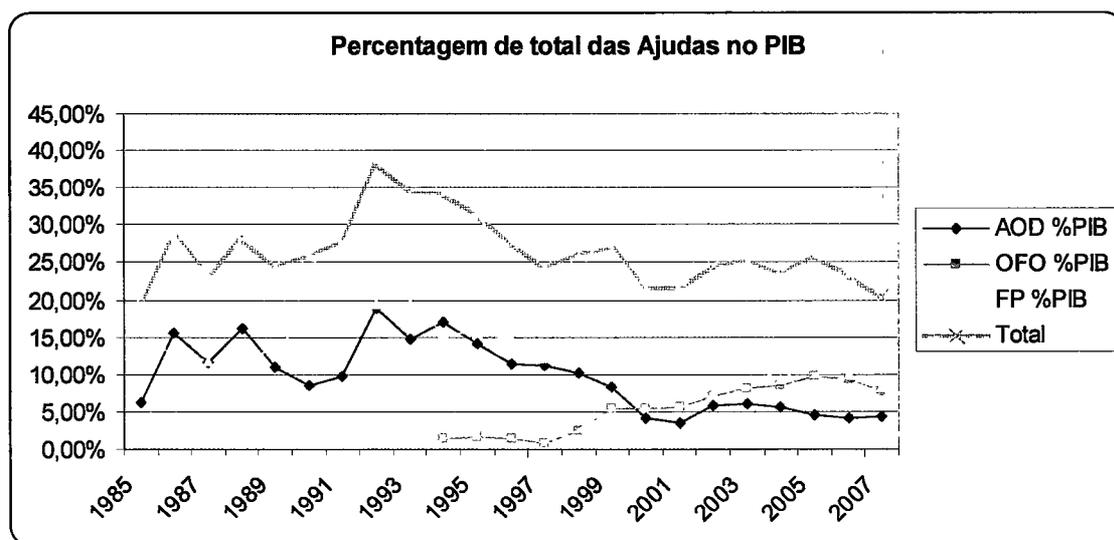
O orçamento do Estado de Cabo Verde é em grande parte financiado pela *APD* e pelas remessas dos emigrantes, segundo o *BAD/OCDE* (2008) Cabo Verde regista um dos índices de *APD per capita* mais altos em África. E, de acordo com o relatório do *BAD/OCDE* de 2008, os donativos constituem uma importante fonte de receitas públicas, tendo representado 6% do *PIB* em 2006 e 2007. Os donativos e os empréstimos externos financiam em conjunto cerca de 80% do *PIB*. No mesmo relatório pode-se ver que em 2006, Cabo Verde recebeu 138 milhões de *USD* em fluxos de *APD*, correspondente a 12,6% do seu *PIB*, contra um montante médio de 124 milhões de *USD* entre 2001 e 2005. E prevêem que a ajuda externa (empréstimos e donativos) se situe a volta dos 10% do *PIB*, em 2007 e que depois deva oscilar entre os 8 e 9%. Em 2007, o país beneficiou pela terceira vez em quatro anos do financiamento do *MCA*.

O *BM* (através da Associação de Desenvolvimento Internacional - *ADI*) é o principal credor multilateral, seguido do Fundo Africano para o Desenvolvimento (*FAD*). Portugal apresenta-se como o principal credor bilateral e como o principal parceiro comercial, mas também são parceiros importantes do arquipélago outros países da união europeia como Holanda, França, Espanha, Itália e a Suécia. Apesar destes países serem os principais parceiros económicos do país, este tem procurado fortalecer

cooperações sul-sul, especialmente com o Brasil e a China, bem como, a médio prazo, com a África do sul, a Índia e a Nigéria.

Como se pode ver no gráfico nº.1 abaixo, a evolução tanto da *AOD*, como dos *FP* ou do *OFO*, de 1985 a 2007, têm tido uma evolução em percentagem do *PIB* tendencialmente decrescente. Verifica-se que do ano de 1985 a 1989 teve uma tendência muito instável, devendo esta instabilidade sobretudo às assistências oficiais. Do 1990 para o ano 1992 houve um acréscimo bastante favorável, sendo que neste ano se verificou o maior pico, com o total das ajudas a perfazer cerca de 38% do *PIB*. Mas em 1993 ocorre uma quebra, explicado pela conjuntura internacional e devido ao abrandamento económico em muitos países de acolhimento da mão-de-obra cabo-verdiana, passando para 34% do *PIB*, e de 1993 em frente continuou sempre em queda até ao ano de 1997, em que atinge os 24,2% do *PIB*.

**Gráfico 1:** Evolução dos fluxos externos em percentagem do *PIB*



**Fonte:** Banco de Cabo Verde

*AOD* – Saldo das transferências correntes oficiais;

*FP* – Inclui apenas as remessas dos emigrantes;

*OFO* – Transferências correntes oficiais.

A partir do ano de 1998, pode-se dizer que, no geral, a tendência foi de queda. Apesar de neste ano a tendência de queda que vinha verificando desde 1993 ter sido invertida. Assim, em 1998 o total das ajudas cresceram na ordem dos 13% passando a representar 26% do *PIB*. Apesar das transferências oficiais terem crescido durante este ano, foram sobretudo o aumento das transferências privadas que determinaram este resultado. Na origem deste crescimento esteve o aumento das remessas dos emigrantes, principalmente em divisas. Em 1999 continuou a tendência de crescimento, apesar de não ter sido muito acentuada, contribuindo para isto, principalmente as remessas dos emigrantes provenientes na sua grande parte dos *E.U.A* e Portugal. As transferências privadas no total das transferências correntes têm aumentado, o que é explicado por um lado, pela quebra das transferências de entidades oficiais e, por outro lado, pelo maior contributo das remessas dos emigrantes.

O total das ajudas em 2000 apresentaram um saldo ligeiramente inferior em relação ao ano anterior, 21,49% do *PIB*. Mas há que salientar que esta evolução não representa uma redução das transferências, foi consequência da reclassificação dos donativos, os destinados à criação de activos fixos foram registados na conta de capital, sendo que antes eram registados nas transferências correntes, caso isto não acontecesse o saldo das ajudas não acusariam grandes alterações. Assim se explica a diminuição das transferências oficiais em 48%. O ano de 2001 foi de um crescimento ligeiro, representando 21,51% do *PIB*. Este crescimento reflecte sobretudo a evolução das transferências privadas, principalmente das remessas dos emigrantes que cobrem cerca de 23,23% das importações na balança de pagamentos em 2001, quando em 2000 essa percentagem era de 28,13%. É de salientar que as transferências oficiais verificaram uma ligeira diminuição.

O comportamento das ajudas em 2002 foi favorável, reflectindo um aumento dos donativos ao governo na ordem dos 60% em relação ao ano anterior. Quanto às transferências privadas, nota-se um abrandamento no seu ritmo de crescimento, explicado em grande medida pela situação do mercado do trabalho dos países de acolhimento. Em 2003 a tendência continuou favorável, resultado sobretudo da melhoria na captação das transferências oficiais. As remessas dos emigrantes continuaram a observar uma redução, muito em resultado da situação do mercado de trabalho nos principais países de acolhimento, bem como pela depreciação do dólar americano.

No ano 2004, muito em consequência da conjuntura externa, principalmente dos países de acolhimento, teve uma evolução positiva. Nas ajudas oficiais é de notar um ligeiro acréscimo no fluxo de donativos, que correspondem maioritariamente a desembolsos da *U.E* e do governo holandês no âmbito da ajuda orçamental. O ano de 2005 foi marcado pela aceleração das transferências privadas (29%), particularmente das remessas dos emigrantes, por outro lado, as transferências oficiais registaram um decréscimo, muito em resultado da transferência dos parceiros externos e da assistência técnica e formação continua.

A redução das remessas dos emigrantes, que passam a representar 10,9% do *PIB* em 2006, poderá estar a reflectir a diminuição das taxas de juros das contas especiais, num contexto internacional de subida das taxas de juro, particularmente nos principais países de acolhimento (*E.U.A* e países da Zona Euro). Igualmente, a depreciação do *USD* poderá ter afectado as remessas em *USD*. Em 2007 as transferências oficiais e de

capital relacionados com ajudas orçamentais registaram um acréscimo expressivo na ordem dos 20%, contudo, não foi suficiente para compensar a quebra das transferências dos emigrantes. É de referir que a tendência de queda das remessas dos emigrantes pode estar relacionado em grande parte com a depreciação do dólar americano, num contexto internacional menos favorável, condicionado pela grande instabilidade do sector financeiro internacional.

É de realçar que, como se vê na tabela abaixo, percentualmente e por país de origem, regista-se que a maior fatia das transferências privadas provêm de Portugal, seguido de França, E.U.A, Países Baixos, que correspondem aos principais países de acolhimento da diáspora cabo-verdiana.

**Tabela 10: Remessas dos Emigrantes Por País de Origem**

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
<i>E.U.A.</i>	2.515,6	2.193,5	1.886,4	1.528,8	2.205,3	2.100,2	1.672,9	1.474,9	15.577,6
<i>Holanda</i>	1.352,0	881,4	798,5	759,5	998,7	963,1	1.039,3	1.206,9	7.999,5
<i>França</i>	1.532,9	1.791,9	1.896,0	1.988,9	2.409,4	2.476,8	2.253,6	2.276,6	16.626,1
<i>Itália</i>	720,1	387,0	492,2	647,2	814,5	772,1	698,5	713,9	5.245,6
<i>Alemanha</i>	237,6	80,6	88,2	102,5	115,1	121,5	140,1	145,6	1.031,1
<i>Portugal</i>	1.726,2	2.023,9	2.025,9	2.430,4	3.081,1	3.095,9	3.094,1	3.138,9	20.616,5
<i>Reino Unido</i>	122,4	105,2	63,3	78,8	188,0	212,5	223,3	254,9	1.248,3
<i>Suíça</i>	164,9	132,2	150,1	166,7	208,0	212,2	199,3	242,1	1.475,5
<i>Angola</i>	14,2	3,9	9,4	7,6	13,0	25,5	31,2	52,7	157,4
<i>Luxemburgo</i>	108,1	90,3	130,3	159,3	184,7	217,5	246,7	294,1	1.431,0
<i>Espanha</i>	-	-	-	219,7	413,9	432,6	334,5	353,1	1.753,8
<i>Outros</i>	357,7	320,1	388,2	361,3	370,2	197,8	225,6	270,5	2.491,5

Valores em milhões de ECV.

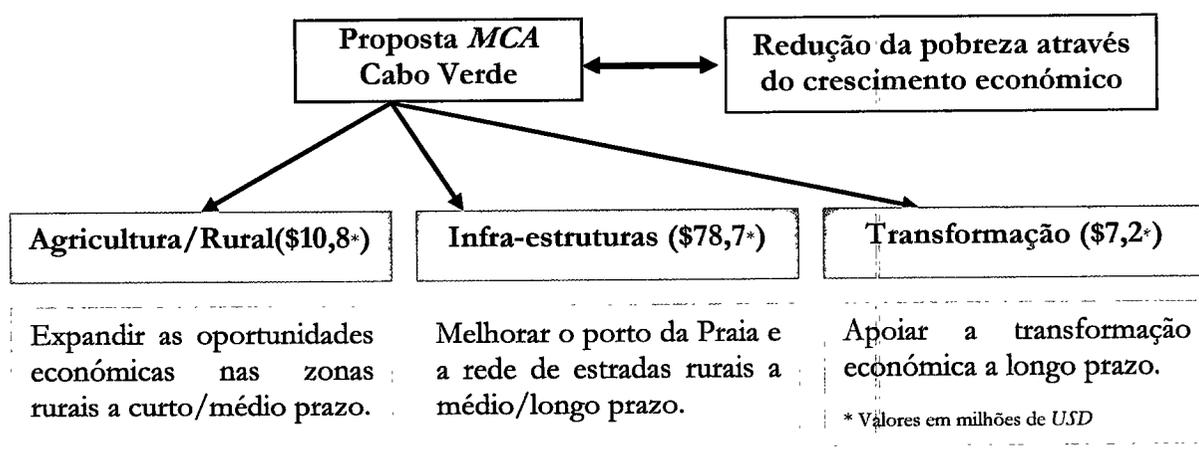
Fonte: Banco de Cabo Verde

Outro facto importante de realçar, é o número de emigrantes Cabo-Verdianos que, segundo estatísticas ultrapassam o número de habitantes residentes (o senso de 2000 indica que o número de habitantes no estrangeiro anda a volta do 500.000 habitantes, enquanto que os residentes andam a volta de 436.821 habitantes, dados para o ano 2000).

### 1.6. O Caso *Millennium Challenge Account* em Cabo Verde

O *MCC* e o governo de Cabo Verde assinaram um programa de “compacto” com a duração de cinco anos no valor de 110 milhões *USD*, focando a melhoria do clima de investimento no país, a transformação das redes de transporte e o aumento da produtividade agrícola.

**Figura 3:** Principais pontos de actuação apresentados por Cabo Verde



Fonte: *MCA-CV*, 2007

O **Projecto agrícola**, é delineado de forma a aumentar a produtividade agrícola nas zonas de intervenção, inclui três actividades: Gestão de Recursos Hídricos e

Conservação de Solos – Desenvolver infra-estruturas de gestão de recursos hídricos para reduzir o escoamento da água, e tornar eficiente a sua captura em reservatórios;

Serviços de Desenvolvimento Agro-industrial – Centros de formação e assistência técnica destinados a agricultores e criação de pequenas agro indústrias e de apoio nos esforços para processamento e comercialização, incluindo abordagem do impacto das pragas; estabelecimento de uma inspeção e centro de certificação para além de um subcentro de pesquisa aplicada;

Acesso ao Crédito – Disponibilizar crédito para rega gota a gota e assistência técnica e aumentar a capacidade das instituições financeiras em fornecer serviços financeiros. Os beneficiários serão os agricultores; cooperativas nas zonas das bacias hidrográficas. Beneficiarão de uma melhoria no acesso à água tanto em volume como em número de meses por ano, bem como a possibilidade de beneficiarem de formações no âmbito da extensão rural contando com a perspectiva do aumento da disponibilidade de crédito. Outros beneficiários fora dessas zonas serão o governo e participantes do sector privado (MCA-CV - 2007).

**Projecto Infra-estrutura**, elaborado de forma a aumentar a integração do mercado interno e reduzir os custos de transporte, inclui: Melhoria e Ampliação do Porto – aumentar ao máximo e a curto prazo a actual capacidade operacional e produtividade do porto, seguido de investimentos, a longo prazo, para criar infra-estruturas novas e instalações para desafogar as áreas de atracar e os problemas da geometria do Porto;

Estradas e Pontes – Prevê alcançar uma conexão básica e melhorar a circulação da rede, eliminando as falhas na rede e/ou assegurando um acesso seguro, independente das condições climatéricas, aos mercados e serviços intra-ilhas. Dependendo a economia de Cabo Verde da importação, os beneficiários serão todos os consumidores de produtos importados que de forma directa ou indirecta beneficiarão de melhorias na eficácia das

operações do porto que se traduzem em custos mais baixos de entrega de produtos, aumento das margens de operação para os empresários, os importadores e exportadores, através da melhoria da qualidade dos serviços de transporte. Das estradas e pontes, os principais beneficiários serão as famílias, organizações não-governamentais, e fornecedores de serviços sociais e comunidades localizadas ao longo das estradas ou pontes, propostas para melhoria e construção (MCA-CV - 2007).

O projecto de **desenvolvimento do sector privado** apoiará a estratégia de transformação económica de Cabo Verde a longo prazo, para se tornar menos dependente de remessas e ajuda de doadores, através do desenvolvimento de uma economia competitiva dirigida pelo sector privado e focalizada nos sectores prioritários. Inclui: Parceria para Mobilização de Investimentos – visa diminuir os constrangimentos a investimentos e estimular os sectores prioritários da economia reduzindo os riscos de desenvolvimento dos projectos na fase inicial que possam demover os investidores privados locais e internacionais; e reforma do sector financeiro – com o objectivo de aumentar o acesso a serviços financeiros e melhorar a intermediação financeira. Os beneficiários da 1ª actividade serão os indivíduos e empresas que beneficiarão de um clima de investimento melhorado nos sectores prioritários, oportunidades empresariais que resultam das intervenções nos sectores prioritários. Na 2ª actividade são os pobres das zonas urbanas e rurais que passarão a ter acesso a um leque mais amplo de serviços financeiros, de intermediários financeiros mais fortes; as organizações não-governamentais, que receberão assistência técnica especializada para transformação institucional, e todos os investidores e mutuários, incluindo o Governo que passará a contar com um sistema financeiro mais aberto e melhor equipado, para desenvolver

novos produtos financeiros com base em taxas de juros determinadas pelo mercado (MCA-CV - 2007).

O programa *MCA* tenciona ajudar os países a vencerem a pobreza através do crescimento económico, melhorando as bases da economia com apoio nos sectores de maior importância na economia de cada país. No caso de Cabo Verde, pretende-se que este desenvolva passando de uma economia dependente de ajudas externas para uma sustentável. O apoio do *MCA* vem por termo a algumas carências nas vias de comunicação e ligação entre as ilhas e localidades, na agricultura e no mundo rural e a nível do sector financeiro (os três principais pontos de actuação do programa).

Após três anos da assinatura do acordo, nos projectos que compõem o programa *MCA – CV* destacam-se as seguintes realizações:

Para o projecto de **Gestão de Bacias Hidrográficas e Apoio à Agricultura**, foram já construídos 47 diques e sete reservatórios, nas ilhas de Fogo e Santo Antão. Os centros de extensão rural localizados nas três zonas de intervenção do projecto estão em fase de reabilitação e quatro campos de demonstração foram já instalados nessas ilhas. Particularmente para a ilha de Santo Antão, visando o combate aos “mil pés<sup>5</sup>” e ao levantamento gradual do embargo aos produtos agrícolas, foram financiadas assistência técnica e a compra de equipamentos destinados ao laboratório do Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário (*INIDA*). No domínio do desenvolvimento de serviços agrícolas, uma empresa internacional foi contratada para apoiar na formação

---

<sup>5</sup> “Mil pés” de nome científico “*Archispirostreptus gigas*” a centopeia gigante Africano, é um dos maiores millipedes, crescendo entre os 11cm a 28cm de comprimento. Normalmente evita a luz, vive em áreas tropicais e subtropicais, alimentam-se principalmente de materiais orgânicos em decomposição, atacando por vezes, raízes e folhas das plantas.

de 800 agricultores, elaborar projecto dos centros de embalagem e conservação, prestar assistência técnica na instalação de 111 hectares com sistema de rega gota a gota.

No **Projecto Infoestruturas – sector das Estradas e Pontes** destaca-se o início da asfaltagem da estrada 4 na ilha de Santiago, Assomada – Rincão e o início das obras da estrada 1, Órgãos – Pedra Badejo. Em Santo Antão iniciaram já as obras de construção de duas Pontes no Paul, e um *km* de estrada na localidade de Eito. Os Planos de Gestão Ambiental e Social para cada uma das obras de estradas e pontes estão a ser implementados.

Para o **Projecto de Modernização e Extensão do Porto da Praia** foram já concluídos os estudos e projectos para as obras da Fase 1 e encontram-se em fase de avaliação as propostas dos empreiteiros que concorreram à sua execução. As obras tiveram início em Outubro de 2008. O estudo de Impacto Ambiental encontra-se em processo de aprovação. Em fase de finalização estão os estudos e projectos para Fase 2.

No projecto **Desenvolvimento do Sector Privado**, actividade Parceria para Mobilização de Investimentos, estão em curso as negociações para a contratação de um Consultor para prestar assistência aos parceiros nacionais na montagem e operacionalização de um *Bureau Privado* de Informação de Crédito. No domínio da Reforma do Sector Financeiro, actividade de Desenvolvimento do Mercado de Títulos de Dívida Pública, está a ser realizada uma assistência técnica destinada ao Ministério das Finanças, e que conta com a parceria activa do *BCV* e da Bolsa de Valores de Cabo Verde (*BVC*). No âmbito da actividade desenvolvimento das instituições de Micro-Finanças, oito dessas

Instituições do país estão a receber assistência técnica visando a sua capacitação neste domínio.

O *MCA-CV* tem desempenhado um papel igualmente importante no domínio da reforma nacional das aquisições públicas, através do financiamento de estudos que visam a elaboração de documentos padrão para as aquisições públicas, desenvolvimento de um plano estratégico e solução tecnológica para implementação do *E-Procurement*.

### **1.7. Síntese da Revisão Bibliográfica**

A ajuda externa não é unicamente vista como uma forma de aliviar a pobreza e o sofrimento das pessoas nos países que a recebem. É também vista como uma forma de reforçar e estreitar relações políticas e económicas com os aliados políticos. Há também quem veja nas ajudas externas uma forma de minorar o sentimento de culpa que algumas antigas metrópoles mantêm pelo facto de terem ocupado e explorado durante tanto tempo tais territórios.

Ainda não existe um consenso sobre a efectividade das ajudas, podendo-se encontrar estudos que chegaram à conclusão de que as ajudas influenciam de forma negativa o crescimento económico, outros que acreditam que, independentemente de tudo, a ajuda tem sempre um efeito positivo no crescimento económico do país que a recebe, e ainda alguns outros estudos que dizem que as ajudas funcionam, mas apenas em algumas circunstâncias, dizendo que o efeito da ajuda é específico de cada país.

No entanto, mesmo em casos em que a relação encontrada entre a ajuda e o crescimento foi negativa, os investigadores sugeriram que as ajudas funcionam de forma diferente dependendo do país (do seu clima político e económico) que as recebe. Portanto, existe uma certa unanimidade em afirmar que a ajuda funciona em certas condições, mas pode não funcionar em outras.

É importante ressaltar que muitas vezes as ajudas não são direccionadas para o crescimento económico, e em muitos estudos não é possível fazer a separação entre ajudas direccionadas para sectores que fazem crescer a economia de outras visando a ajuda humanitária, por exemplo. Quando tal situação acontece, é normal que os resultados obtidos sejam heterogéneos, e, desta forma, inconclusivos. Mas, há um certo acordo em afirmar que desde que a ajuda seja direccionada para o crescimento, o seu efeito no mesmo acaba por ser positivo.

É provável que este seja um dos motivos que fez com que o *MCC* criasse os critérios de elegibilidade de forma a testar os países que *a priori* terão maiores possibilidades de fazerem um melhor uso do fundo que o programa em causa disponibiliza, admitindo que os países eleitos estarão mais envolvidos em diminuir a pobreza e a corrupção dentro do seu território.

Segundo o *MCC*, Cabo Verde é um desses países que se encontra comprometido em diminuir a pobreza, em investir na sua população e em criar condições para que muitos habitantes possam ter oportunidade de sair da situação de pobreza. Assim, o arquipélago foi um dos países escolhidos para beneficiar dos fundos do programa *MCA* por um período de cinco anos. E como não podia deixar de ser, a ajuda esta a ser

aplicada em sectores que se consideram que influenciam o crescimento da economia do país de forma positiva e rapidamente.

O principal objectivo deste programa em Cabo Verde é tornar a sua economia autónoma, reduzir a pobreza e diminuir a dependência do mesmo das remessas dos emigrantes e dos fluxos de ajudas externas.

## **CAPÍTULO II – METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO**

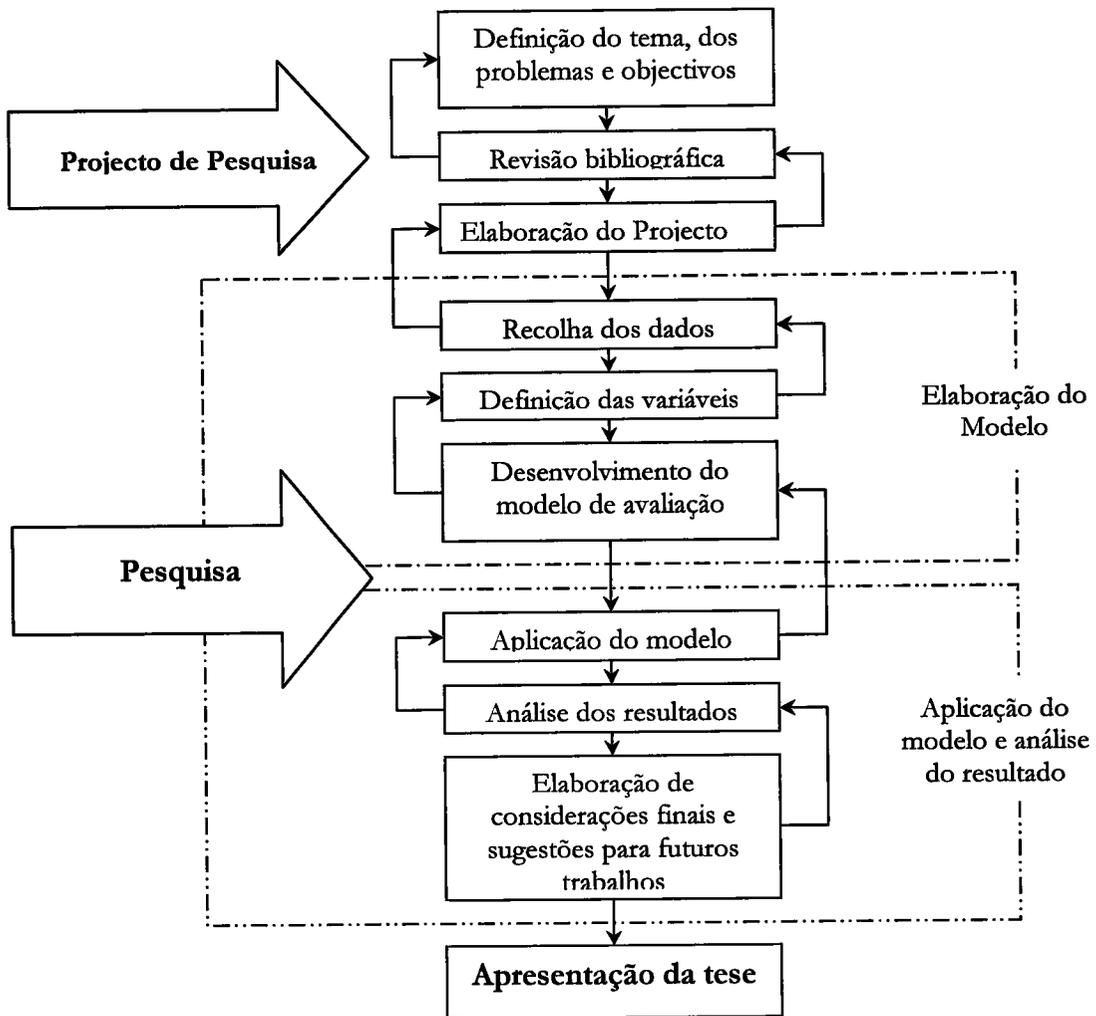
Este capítulo faz a descrição da metodologia adoptada, dos tipos de pesquisas e dos procedimentos usados na recolha e no tratamento dos dados e de todo o processo que culminou na realização da presente dissertação.

Primeiramente, serão descritos os tipos de pesquisas que foram utilizados na análise, mostrando como se processa cada um e qual a principal base de apoio dos mesmos. Em seguida, é evidenciado as hipóteses levantadas na introdução e como cada uma será testada.

Depois será descrito o modelo usado para testar as hipóteses levantadas anteriormente e as principais referências bibliográficas que estiveram na base do mesmo. Será também feita a descrição das variáveis usadas no modelo e a relação que se espera que cada uma das variáveis independentes venham a ter com a variável dependente. Depois será descrito o processo de recolha dos dados e reveladas as fontes. E, finalmente, é descrito o processo de tratamento econométrico dos dados.

O processo de elaboração desta dissertação teve, por assim dizer, duas etapas principais. Conforme demonstrado na figura abaixo, a primeira etapa culminou na elaboração do projecto de tese e a segunda, que se divide em duas sub-etapas, sendo que a primeira consistiu na elaboração do modelo de avaliação usado nesta dissertação e a segunda na aplicação do modelo e na análise desse modelo.

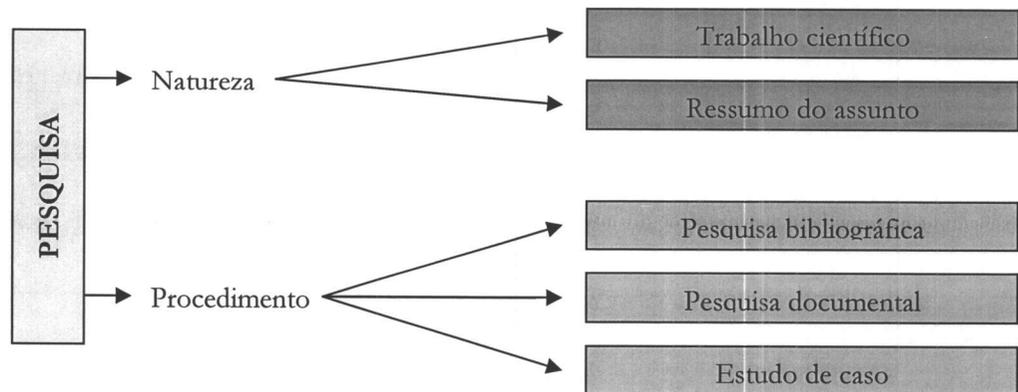
**Figura 4:** Processo de Elaboração da Tese



## 2.1. Tipo de Pesquisa

O trabalho de pesquisa é sempre voltado para a resolução de problemas e para a tentativa de dar respostas ou soluções através do emprego de processos científicos. Assim, conforme se pode ver na figura abaixo, este trabalho de investigação insere-se num trabalho científico, e adopta os procedimentos de pesquisa bibliográfica, documental e estudo de caso.

**Figura 5:** Tipologia da Pesquisa



**Fonte:** Adaptado de Cervo e Bervian (1983)

A pesquisa bibliográfica apoiada em referências teóricas publicadas em documentos e artigos científicos, pode ser usada de forma independente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental (Cervo e Bervian, 1983). Neste caso particular, foi feita de forma independente. A partir da pesquisa bibliográfica foi possível encontrar estudos feitos que trataram o tema da “relação entre ajudas externas ao desenvolvimento e o crescimento da economia”, tornando possível criar um ponto de partida para o tratamento dos dados, de testar as hipóteses levantadas. De resto, foi a pesquisa bibliográfica que permitiu o desenvolvimento de todo este trabalho.

A pesquisa documental, segundo Vergara (2000) apoia-se em documentos conservados em órgãos públicos e privados de qualquer natureza, podendo ser regulamentos, circulares, balancetes, etc., e de acordo com Cervo e Bervian (1983) pode ser usada para descrever e comparar usos e costumes, tendências, diferenças e outras características. Neste caso, foram usados documentos como relatórios do Banco de Cabo Verde e relatórios do MCA-CV, que serviram de base à recolha dos dados

necessários, com o intuito de ver qual o impacto das ajudas externas na economia de Cabo Verde (e o caso específico do *MCA*).

Já o estudo de caso pode ser sobre um determinado indivíduo, família, um produto, uma empresa, um órgão público, uma comunidade ou mesmo um país e, visa conhecer em profundidade as razões que caracterizam o objecto de estudo. Aqui foi usado, para fazer o estudo de como as ajudas externas influenciam a economia de um país, em concreto, o caso particular de Cabo Verde.

Todos estes métodos potenciaram o levantamento da questão da eficiência da ajuda externa no crescimento económico, da mesma forma que levaram à tentativa de resolução da mesma.

## **2.2. Hipóteses a Testar**

O capítulo anterior permitiu o levantamento de questões relacionadas com a eficiência das ajudas externas e desenvolvimento económico, tendo como foco do estudo o caso particular de Cabo Verde. Para tal, as hipóteses levantadas na introdução serão testadas com base em dados recolhidos nos relatórios anuais do Banco de Cabo Verde e em dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde, no sentido de atingir os objectivos propostos.

Tratando-se a ajuda externa de uma realidade para muitos países, e mais recentemente a criação da “Conta do Desafio do Milénio” (*Millennium Challenge Account*) como uma forma de combater o terrorismo aliado à luta contra a pobreza sob a forma de ajuda

financeira, é pertinente verificar se ao longo da história as ajudas ao desenvolvimento têm surtido algum efeito a nível do crescimento económico do país que as recebe, e analisar em concreto o caso de Cabo Verde, visto ser ainda uma economia muito dependente em relação ao financiamento externo (ajuda pública ao desenvolvimento; remessas dos emigrantes e investimento directo estrangeiro), e de também estar a beneficiar do programa *MCA*.

Assim, as hipóteses que se pretendem testar são as seguintes:

- A Assistência Oficial ao Desenvolvimento e os Fluxos Privados têm efeitos positivos no crescimento da economia de Cabo Verde?
- O apoio dado pelo *MCA* tem-se repercutido positivamente na economia de Cabo Verde?

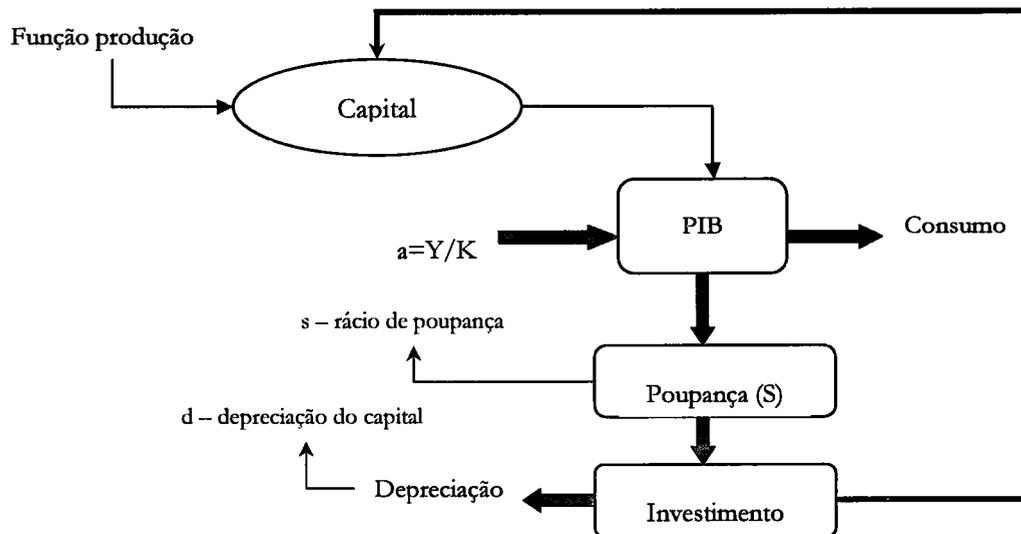
A primeira hipótese é testada com base num modelo de regressão múltipla e os dados que constituíram as variáveis foram obtidas nos relatórios do *BCV* (1987 a 1990) consultados na biblioteca do Banco de Portugal, nos relatórios do *BCV* (1998 a 2007) disponibilizados na página da *internet* do *BCV* e no Boletim de Estatísticas (de 1990 a 2000) do *BCV* também disponibilizados na mesma página. A segunda hipótese será também testada através da mesma regressão linear, acrescentando uma variável do tipo qualitativo no modelo, no sentido de se perceber os efeitos das ajudas antes e depois do programa *MCA*.

### 2.3. Descrição do Modelo e das Variáveis Usadas

O crescimento económico depende do investimento, que por sua vez é financiado pelas poupanças, tanto internas como externas. E a falta de poupança, crucial para o investimento, é tida como a limitação mais flagrante no crescimento económico de países em desenvolvimento (Moreira, 2005).

Para melhor conhecer a variação do crescimento da economia – variável dependente – há que saber quais são as variáveis de que este depende.

**Figura 6:** Modelo de Crescimento de Harrod-Domar



**Fonte:** Benito (2009)

Da figura acima depreende-se que o crescimento da economia depende positivamente do rácio da poupança e da produtividade do capital e negativamente da depreciação do capital. Assim, o modelo de crescimento apresentado por *Harrod-Domar* é o seguinte:

$$g = s \times a - d \quad (1)$$

Onde:  $g$  corresponde ao rácio de crescimento da economia,  $s$  corresponde ao rácio da poupança,  $a$  representa a produtividade do capital e  $d$  representa a depreciação do capital.

O modelo apresentado por *Papanek* (1973) e por *Mosley et al.* (1992) apresenta a variação do *PIB* como uma função de:

$$\Delta GDP = f(FA, KM, S) \quad (2)$$

Onde:  $\Delta GDP$  representa o rácio de crescimento do PIB;  $FA$  representa a ajuda financeira externa;  $KM$  corresponde ao fluxo privado de capital e o  $S$  corresponde à poupança interna bruta.

*Papanek* (1973), assim como *Mosley et al.* (1992), para estudarem o efeito da Ajuda Externa, Investimento Directo Estrangeiro e Poupança no crescimento dos países menos desenvolvidos, partem do modelo de crescimento de *Harrod-Domar*, admitindo que a depreciação do capital é nula, ou seja  $d = 0$ , obtendo desta forma a expressão:

$$g = s \times a \quad (3)$$

E como o investimento depende dos seus principais componentes, incluindo a poupança interna e as várias formas de fluxos externos (ajuda externa; fluxos privados, entre os quais, as remessas dos emigrantes, o investimento directo estrangeiro e outros fluxos oficiais). E, considerando que o Investimento é a chave para o crescimento económico e é financiado pelos seus principais componentes (poupança interna mais as poupanças externas), e assumindo que a produtividade do capital é constante ( $=1$ ), *Papanek* (1973) chega a:

$$Growth = \beta_1(S_{it}) + \beta_2(Aid_{it}) + \beta_3(FPI_{it}) + \beta_4(OFI_{it}) + \varepsilon_{it} \quad (4)$$

Onde o  $i$  é o índice país e o  $t$  é o índice tempo; o *Growth* representa a taxa de crescimento anual do PIB;  $S_{it}$  corresponde à poupança doméstica;  $Aid_{it}$  representa as transferências recebidas pelos governos mais os empréstimos de longo prazo;  $FPI_{it}$  (*Foreign Private Investment*) corresponde aos empréstimos privados de longo prazo mais investimento directo privado;  $OFI_{it}$  (*Other Foreign Inflows*) representa as transferências privadas líquidas, mais outros capitais líquidos, e os erros e omissões da balança de pagamentos e  $\varepsilon_{it}$  representa as variáveis residuais. De referir que todas as variáveis estão expressas em percentagem do *PIB*.

É um facto que a regressão tem sido a prática mais comum encontrada na literatura de apoio para tratar da questão empírica do efeito da ajuda externa no crescimento económico. *Mosley et al.* (1992), *Radelet et al.* (2004), *Moreira* (2005), *Due* (2006), *Nushiwat* (2007), *Feeny* (2007) e *Rao e TaKirua* (2008), entre outros, usaram modelos de regressão onde o crescimento económico dependia, entre outras variáveis, da ajuda externa.

Nesta dissertação, também será usado um modelo de regressão linear múltipla no sentido de dar resposta às hipóteses levantadas. Assim, usa-se como ponto de partida a função especificada na equação (4). De forma a melhor expressar o *standard* de vida da população e de modo a incorporar o crescimento populacional no modelo, a variável dependente a usar neste trabalho de investigação será apresentada em termos do *PIB per capita* real assim como as variáveis independentes. Por outro lado, a teoria e a evidência indicam que a abertura económica favorece o crescimento económico e assim, como *Dawling e Heimenz* (1983) ou *Moreira* (2005), essa variável, apresentada

como as importações mais exportações em percentagem do *PIB*, será incorporada no modelo a usar neste trabalho de investigação.

Uma das hipóteses levantadas neste estudo é de saber se o apoio dado pelo programa *MCA* tem tido uma repercussão positiva no crescimento da economia de Cabo Verde. Deste modo, há a necessidade da introdução de uma variável explicativa do tipo qualitativo (variáveis do tipo *dummy*), para se poder perceber o efeito da entrada dos fluxos do programa *MCA*.

Assim, surge o modelo de regressão a usar neste trabalho de investigação:

$$PIB_{pcr_i} = \beta_1 \ln AOD_{pcr_i} + \beta_2 \ln FP_{pcr_i} + \beta_3 \ln Sp_{pcr_i} + \beta_4 \ln XM_{pcr_i} + \delta MCA + \varepsilon_i \quad (5)$$

Onde o  $i$  é o índice ano, o  $PIB_{pcr_i}$  representa o *PIB per capita* real no ano  $i$ ;  $\ln AOD_{pcr_i}$  representa o logaritmo da assistência oficial ao desenvolvimento real *per capita* no ano  $i$ ;  $\ln FP_{pcr_i}$  representa o logaritmo dos fluxos privados reais *per capita* no ano  $i$ ;  $\ln Sp_{pcr_i}$  representa o logaritmo da poupança interna real *per capita* no ano  $i$ ; o  $\ln XM_{pcr_i}$  representa o logaritmo do grau de abertura (importações mais exportações reais) *per capita* no ano  $i$ ; o  $MCA$  uma variável do tipo *dummy*; e por fim o  $\varepsilon_i$  representa todas as outras variáveis que influenciam o crescimento do *PIB per capita* que não as expostas aqui.

A variável *AOD* – Assistência Oficial ao Desenvolvimento – corresponde às rubricas transferências correntes, das quais as transferências correntes públicas mais as transferências de capital públicas da balança de pagamentos. A variável *FP* – Fluxos

Privados – representam as rubricas transferências correntes das quais transferências correntes privadas mais as remessas dos emigrantes da balança de pagamentos. A variável *S* – Poupança – corresponde à poupança nacional, que foi calculada subtraindo do *PIB* nacional o consumo privado mais os gastos correntes do estado. *XM* – Grau de Abertura da Economia – corresponde às rubricas importações de bens e serviços mais as exportações de bens e serviços da balança de pagamentos, e a variável *MCA* é, como já se disse, uma variável do tipo *dummy*.

Espera-se que as variáveis *AOD* e *FP* tenham um impacto positivo no investimento e logo no crescimento económico. Mas há também razões para se esperar que muita ajuda possa ser prejudicial para o crescimento económico, uma vez que a capacidade da ajuda em acelerar o crescimento da economia depende da capacidade de absorção do país recipiente. E essa capacidade de tornar produtivos os recursos depende de numerosos factores, como a existência de infra-estruturas, da disponibilidade de mão-de-obra e de estruturas administrativas nacionais e governamentais capazes. E assim, excessivos montantes de ajuda aumentam problemas dessa capacidade de absorção, tornando-se contraproducentes (*Moreira, 2005*).

Espera-se que a Poupança, tenha também um sinal positivo, admitindo que a mesma tem um efeito positivo no investimento e logo no crescimento económico. A variável *XM*, espera-se, como já se disse, que tenha um efeito igualmente positivo no crescimento económico, uma vez que a liberalização do comércio favorece, regra geral, o crescimento económico. A variável qualitativa *MCA* terá o valor 1 (um) para os anos em que existir um fluxo de ajuda do programa *MCA* e terá o valor 0 (zero) para os anos em que não se recebem quaisquer fluxos de ajuda desse programa, e espera-se que

tenha um valor superior a 0 (zero). Os dados usados para a constituição das variáveis constam dos anexos II e II(a).

#### **2.4. Processo de Recolha dos Dados e as Fontes Usadas**

Constam desta tese cinco variáveis independentes, como se pode ver no ponto 3.3., correspondentes a um período temporal de 23 anos. Apesar de ser um período de tempo relativamente curto, ou seja, inferior a 30 anos, é o possível devido a uma série de constrangimentos verificados ao longo da investigação e no processo de recolha dos dados. Em primeiro lugar, junto do *BCV* não foi possível obter tais informações, porque o Banco de Cabo Verde apenas tem os relatórios desde 1993 em suporte papel, e a partir de 1998 já disponível na página oficial do mesmo. O *INE* de Cabo Verde disponibilizou informações acerca da população a partir do ano 2000 (ver anexo I). O Banco de Portugal tem relatórios do *BCV* desde 1987, sendo que o último recebido é o de 2006, existindo, no entanto faltas dos relatórios de 1992 a 1994 e 1996 a 1998, de realçar que no relatório do ano 1987 foi possível conseguir dados dos anos 1985 e 1986.

Os dados usados neste trabalho foram recolhidos junto do *INE-CV*; do *BCV*, consultando os relatórios anuais de 1998 a 2007 disponíveis na página oficial do Banco, o Boletim Estatístico 1990-2000 também disponível na mesma página, e junto ao Banco Central de Portugal, onde foi possível fazer a consulta dos relatórios do *BCV* relativamente aos anos de 1987, 1988, 1989 e 1990.

Optou-se por estes dados em primeiro lugar porque não foi possível encontrar dados para todas as variáveis e por um período de tempo relativamente longo na mesma fonte. Na página oficial do *FMI* foi possível encontrar dados sobre a População, o *PIB*, *PIB per capita* a Inflação e Balança Corrente (não sendo possível calcular a abertura económica uma vez que os dados se encontravam agregados), sendo que os valores que constavam desta página muitas vezes divergiam dos valores que constavam por exemplo dos relatórios do *BCV* ou do *INE* de Cabo Verde. Junto da *OECD* foi possível obter dados das ajudas e por um período de tempo mais prolongado, mas também não coincidiam com os que constavam dos relatórios do *BCV*.

Com todos estes constrangimentos, optou-se por usar os dados do *BCV* por questões de uniformidade. Apesar de não se tratar de uma amostra grande, foi possível encontrar os dados para todas as variáveis e todos pertencentes à mesma fonte, o que garante uma maior coerência entre eles.

## **2.5. Tratamento Econométrico Prévio dos Dados**

O tratamento econométrico da questão do efeito da ajuda externa no crescimento económico em países em desenvolvimento coloca aos investigadores a necessidade de uma opção entre robustez estatística e interesse das conclusões retiradas para um país individualmente. Por um lado, devido à exiguidade de dados disponíveis nestes países, uma grande parte dos autores opta actualmente por utilizar dados de painel. Por outro lado, um inconveniente do tratamento econométrico com dados de painel é o facto de os resultados serem globais, agregados, não permitindo retirar conclusões para um

determinado país em particular. E, como afirma *Feeny* (2005, p. 1093), “...*the impact of aid is likely to be recipient specific.*”

Uma vez que o objectivo da presente dissertação é fundamentalmente analisar os efeitos da ajuda externa sobre o desenvolvimento no caso muito particular de Cabo Verde, optou-se por não utilizar dados de painel. Assim, face às dificuldades de coligir séries temporais longas, sobretudo para algumas variáveis, é importante ressaltar desde já que os resultados obtidos devem ser interpretados com as devidas precauções.

O intervalo temporal utilizado na parte empírica da dissertação compreende, como já se disse, 23 anos, uma amostra relativamente menor que a utilizada em outros estudos semelhantes aplicados a pequenos países em desenvolvimento (ver por exemplo *Feeny* - 2005, com uma amostra de 34 anos para a Papua Nova Guiné, ou *Rao e Takirua* - 2008, com uma amostra de 35 anos para Kiribati, ou *AbuAl-Foul* - 2007 com uma amostra de 45 anos para Egipto e 40 anos para a Jordânia, ou ainda *Gounder* - 1999 com uma amostra de 28 anos no estudo que pretendia analisar a relação entre a assistência ao desenvolvimento e o crescimento económico no caso concreto de Fiji).

O período em análise registou grande volatilidade nas taxas de inflação observadas, embora se tenham mantido com apenas um dígito, à excepção de 1987. Verificaram-se mesmo dois anos com deflação. Assim, todas as variáveis nominais foram transformadas em variáveis reais deflacionando-as com o Índice de Preço do Consumidor (*IPC*). Por outro lado, a população residente em Cabo Verde registou neste período um crescimento significativo, tendo passado de cerca de 300 mil habitantes em meados dos anos 80 para cerca de 500 mil habitantes em 2008. De forma a excluir o

efeito de um aumento da população, as variáveis utilizadas na estimação do modelo foram todas expressas em termos *per capita*. Finalmente, e como é habitual, todas as variáveis foram logaritimizadas, permitindo considerar os parâmetros estimados na equação como elasticidades.

Todas as variáveis assim transformadas foram sujeitas a testes de estacionaridade, condição essencial para garantir que os tradicionais métodos de estimação não apresentam resultados espúrios. Foi utilizado o teste de *Dickey-Fuller* Aumentado (*ADF*), com o número de defasamentos dependendo da significância estatística dos seus coeficientes. Uma tendência linear foi introduzida no modelo estimado sempre que estatisticamente significativa. Os resultados deste teste de raízes unitárias são apresentados na tabela abaixo.

**Tabela 11:** Teste de *Dickey-Fuller* Aumentado

Variável	<i>ADF</i> (Desfasamentos)	
<i>PIB<sub>pcr</sub></i>	2.504* (0)	Sem <i>trend</i>
<i>lnAOD<sub>pcr</sub></i>	-4.690*** (0)	Sem <i>trend</i>
<i>lnFP<sub>pcr</sub></i>	-4.115** (1)	Com <i>trend</i>
<i>lnS<sub>pcr</sub></i>	-6.656*** (0)	Sem <i>trend</i>
<i>lnXM<sub>pcr</sub></i>	1.444 (0)	Sem <i>trend</i>

**Fonte:** Resultados do Teste de *ADF*

\*\*\*: rejeita a hipótese nula de que a série tem uma raiz unitária com 99% de confiança.

\*\*: rejeita a hipótese nula de que a série tem uma raiz unitária com 95% de confiança.

\*: rejeita a hipótese nula de que a série tem uma raiz unitária com 90% de confiança.

Os testes<sup>6</sup> de estacionaridade indicam que grande parte das variáveis é estacionária, ou seja, rejeita-se a hipótese nula de raiz unitária. A variável dependente parece ser não estacionária, mas no limite dos 90% de confiança.

Escolhidas as variáveis, encontrado o modelo de estimação adequado, feitos os testes para fazer a avaliação das variáveis em causa, passa-se a seguir à aplicação do modelo, aos testes à sua adequação e à interpretação dos resultados que serão encontrados.

---

<sup>6</sup> Usou-se o programa informático STATA 6 para fazer o teste *ADF*.

## CAPITULO III – TRATAMENTO ESTATÍSTICO E ANÁLISE DE DOS RESULTADOS

Com base nos dados recolhidos, no modelo escolhido e na aplicação da metodologia descrita no capítulo II, pretende-se aqui proceder à apresentação dos resultados obtidos. Neste capítulo será feita a análise econométrica das principais variáveis identificadas como condicionantes do crescimento económico em Cabo Verde, tendo por objectivo a discussão da significância dessas variáveis e a quantificação da magnitude do seu impacto, concretizando assim, os objectivos antes propostos.

### 3.1. Análise do Ajustamento Global do Modelo de Regressão

No capítulo II especificou-se o modelo de regressão a utilizar neste trabalho de investigação. E os resultados da aplicação do mesmo são sintetizados a seguir na tabela 12:

**Tabela 12:** Resultado da Estimação do Modelo de Regressão

```
. regress pibpcr lnaodpcr lnfpccr lnspcr lnxcpcr mca
```

Source	SS	df	MS	Number of obs = 23		
Model	3800.06568	5	760.013136	F( 5, 17)	=	146.32
Residual	88.30303	17	5.19429588	Prob > F	=	0.0000
Total	3888.36871	22	176.744032	R-squared	=	0.9773
				Adj R-squared	=	0.9706
				Root MSE	=	2.2791

pibpcr	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
lnaodpcr	5.17e-15	1.86e-14	0.278	0.784	-3.41e-14	4.44e-14
lnfpccr	13.52705	2.964977	4.562	0.000	7.271497	19.78261
lnspcr	.3983398	.3492751	1.140	0.270	-.3385662	1.135246
lnxcpcr	26.33135	3.66267	7.189	0.000	18.60379	34.05891
mca	3.646213	2.058517	1.771	0.094	-.6968783	7.989304
_cons	-66.59577	8.194148	-8.127	0.000	-83.88391	-49.30762

Fonte: Output do STATA 6

Ficando o modelo especificado acima estimado da seguinte forma:

$$\begin{aligned}
 \hat{PIB}_{pcr_i} = & -66,596 + 5,17e15 \ln AOD_{pcr_i} + 13,527 \ln FP_{pcr_i} + 0,398 \ln S_{pcr_i} \\
 & \quad (8,194) \quad (1,86e-14) \quad (2,965) \quad (0,349) \\
 & + 26,331 \ln XM_{pcr_i} + 3,646 MCA_i \quad (5a) \\
 & \quad (3,668) \quad (2,059)
 \end{aligned}$$

$$R^2 = 0,9773$$

$$\bar{R}^2 = 0,9706$$

Os valores em parêntesis são os coeficientes indicando o desvio padrão.

A regressão estimada apresenta um coeficiente de determinação ( $R^2$ ) bastante elevado, de 97,73%. Isto significa que 97,73% da variação do *PIB per capita* real (os dados considerados são por cada mil habitantes) é explicado por variações nas variáveis explicativas consideradas no modelo. Este valor é suficientemente elevado para aceitarmos que o nível de adequação do modelo é bastante aceitável. Contudo, há que ter em conta que o coeficiente de determinação calculado não considera os graus de liberdade do modelo. Ou seja, o  $R^2$  pode não ser a medida mais apropriada para modelos de regressão em que há mais do que uma variável explicativa, uma vez que a inclusão de mais uma variável tende sempre a aumentar (no limite, manter) o valor do  $R^2$ , não indicando se a perda de graus de liberdade é compensada por efectivos ganhos de informação. Para resolver tais constrangimentos, pode-se usar o coeficiente de determinação ajustado ( $\bar{R}^2$ ) que tem em conta os graus de liberdade, sendo mais informativo em modelo de regressão múltipla. Verifica-se neste caso que o  $\bar{R}^2 = 0,9706$ , um valor ligeiramente inferior ao encontrado para o coeficiente de

determinação, o que permite concluir que o modelo é bastante satisfatório, ou seja, 97,06% da variação do PIB per capita é explicada pelo modelo de regressão estimado.

Em estudos semelhantes, onde se pretendia estudar o impacto das ajudas externas, em particular, e dos fluxos externos no geral na economia encontram-se diversos valores para o coeficiente de determinação ajustado. *Burnside e Dollar* (1997), no estudo sobre as ajudas externas, políticas económicas e crescimento do *PIB per capita*, encontraram um  $R^2$  ajustado entre os 13% e os 45% nos 12 modelos que estimaram. Já *Feeny* (2005), encontra um  $R^2$  ajustado entre os 82% e os 91% nos oito modelos estimados para estudar o efeito da ajuda externa no crescimento da Papua Nova Guiné. *Fayissa e Nsiah* (2008), quando fez o estudo sobre o impacto das remessas dos emigrantes no crescimento económico e desenvolvimento em África (tendo como uma das variáveis independentes a *AOD*) encontraram um  $R^2$  de 96,5% e 96,7% para os dois modelos estimados.

O modelo clássico de regressão linear tem alguns pressupostos quanto ao comportamento dos resíduos que possibilitam a estimação dos parâmetros de forma eficiente e não enviesada. Um desses pressupostos é que os resíduos têm uma variância constante. Para verificar se o modelo estimado neste trabalho cumpre esta condição, procedeu-se a um teste a fim de se perceber se este tinha problemas de heterocedasticidade, recorrendo ao STATA:

*Cook-Weisberg test for heteroscedasticity using fitted values of pibpcr*

*Ho: Constant variance*

*chi2(1) = 0.36*

*Prob > chi2 = 0.5498*

O resultado obtido indica não haver evidência de problemas de heterocedasticidade, não violando assim uma das hipóteses clássicas da regressão múltipla. Como a probabilidade de se encontrar um valor mais elevado que o valor, a hipótese nula de variância constante não é rejeitada.

Outra das hipóteses básicas do modelo de regressão linear é que os resíduos não estão correlacionados entre si. Assim, também se procede a um teste para verificar se o modelo estimado sofre de problemas de autocorrelação.

Durbin-Watson d-statistic( 6, 23) = 1.636109

Pode-se concluir que não existem problemas de autocorrelação, por se rejeitar a hipótese nula de existência de correlação entre os resíduos. Assim, assume-se que a inferência estatística realizada conduz a conclusões acertadas.

Faz-se também o teste para se perceber se existe alguma variável importante para o modelo que não foi considerada, ou seja, se o modelo em causa tem alguma variável omissa. Desta forma, procede-se ao seguinte teste:

```
Ramsey RESET test using powers of the fitted values of pibpcr
Ho: model has no omitted variables
      F(3, 14) =      0.39
      Prob > F =      0.7632
```

Pelo resultado chegado, não se rejeita a hipótese nula, ou seja, não existem variáveis omissas.

Por fim, testa-se a adequação global do modelo estimado. Para isso põe-se a hipótese de que:

$$H_0 = \beta_1 = \beta_2 = \beta_3 = \beta_4 = \delta_1 = 0$$

$$H_1 = \exists \beta_i, \delta_j \neq 0$$

De acordo com o *output* do *Excel*, pode-se ver pela tabela ANOVA que o valor do  $F$  (150,2057301) é muito superior ao valor do  $F$  crítico (1,90367E-13), pelo que se rejeita a hipótese nula enunciada e conclui-se que o modelo estimado tem significância estatística, ou seja, apresenta evidências de aderir à realidade e esse grau de aderência é de 97,06%.

**Tabela 13:** ANOVA

	<i>gl</i>	<i>SQ</i>	<i>MQ</i>	<i>F</i>	<i>F de significância</i>
Regressão	5	3802,301	760,4602	150,2057301	1,90367E-13
Residual	17	86,06744	5,062791		
Total	22	3888,368			

A constante que o modelo apresenta é também significativa, o que sugere que podem existir outras variáveis importantes que a serem incluídas no modelo poderiam ajudar na explicação do crescimento económico, mas, de acordo com o teste *ovtest*, para estudar a forma funcional do modelo, essa hipótese é excluída.

Após a realização de todos estes testes, pode-se concluir que o modelo estimado se trata de um bom modelo, e que consegue explicar bem a variação do *PIB per capita*, ou seja, o crescimento da economia de Cabo Verde.

### **3.2. Significância Estatística das Variáveis – Análise do seu Impacto**

As variáveis usadas no modelo de regressão apresentado são a *AOD* real, *FP* real, *S* real e *XM* real, todos em termos *per capita* (dados para cada mil habitantes) e todos apresentados em forma de logaritmos.

De acordo com o modelo estimado, a variável *lnAODpcr* tem um impacto positivo no *PIBpcr*. No entanto, o seu valor, apesar de positivo, é aproximadamente zero ( $5.17e-15$ ). E indica a variação no *PIB per capita* em milhões de *ECV* e por cada mil habitantes, quando a *AOD* varia em 1%. Este valor positivo já era expectável, uma vez que um aumento do fluxo de capital potencia o aumento do investimento, aumentando assim o rendimento e por conseguinte o rendimento *per capita* (admitindo que o aumento da inflação não supere o aumento do *PIB* nominal). No entanto, este valor não é significativo em termos estatísticos.

Apesar do efeito das ajudas externas no crescimento económico ser ainda muito discutido, na literatura de apoio podem-se encontrar muitos estudos que concluíram que as ajudas externas têm um efeito positivo no crescimento económico, alguns admitindo que esse impacto positivo no crescimento económico era dependente de alguns factores tais como o clima macroeconómico. Neste caso particular, seria admissível um resultado contrário (o que não aconteceu), ou que o mesmo não fosse estatisticamente significativo, que foi o caso. Mas, como vimos antes, autores como *Moreira* (2005) ou *Radelet et al.* (2004) sugerem causas teóricas ou metodológicas e/ou econométricas. Admitindo que nem todo o fluxo de ajuda concedido tem como finalidade principal o

crescimento económico, ou que nem sempre é aplicado em sectores que dinamizam a economia, sendo portanto ideal separar os diferentes tipos de ajudas por categoria (ver tabela 5), de forma a estudar o impacto de cada um em separado, como se pode ver na segunda secção, nem todas as categorias de ajudas têm um impacto positivo no crescimento da economia, sendo que a ajuda humanitário espera-se que tenha mesmo um efeito negativo na economia. Mas tal procedimento não foi possível nesta pesquisa, uma vez que nas fontes a que se teve acesso não constavam tal desagregação e nem foi possível encontrar outra fonte ou fontes onde isso fosse feito. Posto isto, era expectável um resultado do género. Por outro lado, há que ter em consideração o intervalo de tempo usado na análise em causa, que é um período de tempo relativamente curto em relação a outros estudos similares.

O impacto da variável  $\ln FP_{pcr}$  no  $PIB$  *per capita* real é positivo, com um nível de significância de 1%. Assim, como era de se esperar, os fluxos privados influenciam positivamente o crescimento da economia de Cabo Verde. Como se disse anteriormente, o aumento dos fluxos privados, entre os quais as remessas de emigrantes e os outros fluxos privados, faz aumentar o rendimento disponível das famílias, que pode ser tanto aplicado em novos investimentos como no consumo privado, de qualquer uma das formas faz aumentar o  $PIB$  do país em causa.

Cabo Verde está entre os países que, em termos relativos, mais fluxos recebem dos seus emigrantes. Medindo em percentagem do  $PIB$ , dados do *International Fund for Agricultural Development* indicam Cabo Verde (34,2% do seu  $PIB$  em remessas) como o segundo país africano (a seguir à Eritreia que recebe 37,9% do seu  $PIB$  em remessas) que mais fundos recebe dos seus emigrantes. Dados do *BM* estimam valores mais

baixos, mas mesmo assim colocam o país no top 20 entre 209 países do mundo em termos de fluxos recebidos dos seus emigrantes em percentagem do seu PIB.

Estudos semelhantes, como por exemplo o de *Fayissa e Nsiah (2008)* ou *Moreira (2005)*, encontraram também uma relação positiva entre esta variável e o crescimento da economia. Por outro lado, existem estudos como o de *Rao e Takirua (2008)*, que encontraram uma relação negativa entre os fluxos privados (remessas dos emigrantes) e o crescimento da economia em Kiribati, justificando tal resultado com o facto de em alguns países as pessoas parecerem preferir o lazer ao trabalho.

E assim, como afirma *Radelet (2006)*, embora as ajudas sejam as maiores componentes do fluxo de capital estrangeiro para países de rendimento baixo, mas não para a maioria deles, o facto é que o fluxo de capital privado se tem tornado no mais importante.

A variável *lnSp<sub>cr</sub>*, como era previsto, tem um impacto positivo no crescimento da economia de Cabo Verde. Sendo esta relação consensual em outros estudos sobre o impacto da ajuda no crescimento da economia (*Papanek -1973; Mosley et al. – 1992* ou *Moreira - 2005*). No entanto, esta variável não apresenta significância em termos estatísticos.

Da mesma forma, a variável *lnXM<sub>pcr</sub>* também teve os resultados esperados, ou seja, a relação positiva que se esperava entre a abertura da economia e o crescimento da economia verificou-se. Este é também, um resultado unânime entre os vários artigos consultados que tinham como umas das variáveis explicativas do crescimento da economia a abertura económica. Esta chega a ser a variável que mais influencia, pela

positiva, o crescimento da economia do país, o que no caso concreto de Cabo Verde não é de se estranhar porque, por um lado, o país acaba por importar quase tudo o que consome sendo, como já se disse, uma economia muito dependente dos exterior, por outro lado, a variável abertura engloba umas das rubricas que mais tem impulsionado a economia de Cabo Verde de momento, o Turismo (ver anexo III). O valor desta variável apresenta um nível de confiança estatística de 99%.

No que respeita à variável *dummy*, *MCA*, também o resultado obtido era o que também se esperava. Essa variável teve um valor positivo, ou seja, o impacto da mesma no crescimento da economia do arquipélago é positivo, apresentando-se significativa a 10%. Uma vez que os fluxos do programa *MCA* são investidos nos tipos de ajuda com impacto no curto prazo e afectam o crescimento da economia num período de tempo inferior a quatro anos, e de acordo com *Radelet et al.* (2004), estes afectam o crescimento da economia de forma positiva e rapidamente. Logo, apesar do programa *MCA* ser bastante recente, pode-se dizer que por ser aplicado em actividades que fomentam de forma rápida a economia, o seu impacto positivo no crescimento económico do país já era de se esperar.

Posto isto, todas as variáveis consideradas no modelo estimado neste trabalho de investigação tiveram os sinais esperados, apesar de algumas não se mostrarem significantes em termos estatísticos.

### **3.3. Validação das Hipótese Levantadas**

Para concretizar os objectivos propostos na introdução, há que validar ou que rejeitar as hipóteses de partida acima levantadas.

***Hipótese 1: A Assistência Oficial ao Desenvolvimento tem efeitos positivos no crescimento da economia de Cabo Verde?***

Os efeitos da Assistência Oficial ao Desenvolvimento no crescimento de uma economia tem sido uma questão muito debatida, e os diversos resultados até então chegados não são unânimes, havendo estudos onde essa relação é positiva e outros onde ela é negativa e ainda outros onde é inconclusiva. No entanto, tem-se chegado a um certo consenso de que ajudas direccionadas para o crescimento económico têm em média bons resultados no mesmo e que em caso de boas políticas macroeconómicas este também se tem mostrado eficaz.

No modelo estimado neste trabalho de dissertação, os resultados para a variável *AOD*, como se pode ver, são positivos, apesar de serem muito próximos de zero e do seu valor não mostrar significância a nível estatístico. Pelo que, em termos globais, o efeito da *AOD* no crescimento da economia de Cabo Verde se mostra insignificante.

Este resultado, como já foi dito acima, é questionável, uma vez que os fluxos de ajudas não se encontram separados conforme sugere a tabela 5, sendo no entanto, de admitir um resultado do género a que se chegou acima. Mas acredita-se que o impacto das ajudas ao Governo de Cabo Verde, quando direccionadas para sectores que

impulsionam o crescimento económico, sejam positivos devido aos elogios que o país tem recebido de parceiros e entidades internacionais como o *BM* ou o *FMI*. Por outro lado, devido à credibilidade que o país tem ganho no exterior, muitos parceiros, como é o caso de Portugal, da Holanda, da Espanha, Áustria, *UE*, *BM* e *BAD* que passaram a apoiar o país sob a forma de ajuda orçamental.

No entanto, os fluxos privados, conforme se pode comprovar acima, têm tido um impacto positivo no crescimento económico de Cabo Verde. E este fluxo inclui, para além das remessas dos emigrantes, as transferências correntes privadas. *Feeny* (2005), mostra igualmente que ajudas para financiar projectos têm tido um impacto positivo no caso da Papua Nova Guiné.

Apesar das transferências correntes públicas e transferências de capitais públicas terem um efeito que é positivo, porém insignificante, no crescimento económico do arquipélago, a hipótese levantada acima é aceite, ou seja, de um modo geral, as ajudas externas têm tido efeitos positivos no crescimento da economia de Cabo Verde. Apesar de individualmente não se poder afirmar que a *AOD*, por si só, esteja a ter um impacto positivo na economia do país.

***Hipótese 2: O apoio dado pelo MCA tem repercussões positivas na economia de Cabo Verde?***

O apoio dado pelo programa *MCA* consubstancia-se numa forma de ajuda externa concedida ao Governo de Cabo Verde pelo Governo dos *E.U.A.* E foca sectores que se

consideram ser importantes vectores do crescimento dessa economia (ver fig. 3), aos quais *Radelet et al.* (2004) identificaram como sendo ajudas com efeitos no curto prazo.

Na estimação feita, a variável *MCA* tem um valor positivo e é estatisticamente significativa a 10%. Logo, com 90% de confiança, pode-se aceitar a hipótese acima formulada de que o apoio dado pelo *MCA* tem tido repercussão positiva no crescimento da economia de Cabo Verde. Apesar de ser um programa que ainda está em execução e, o facto dos fundos do *MCA* serem aplicados em sectores que impulsionam o crescimento da economia de forma rápida e eficaz e ainda devido aos resultados que se obteve, acreditar-se que o seu impacto na economia do país será grandemente positivo.

Para muitos países, sobretudo pequenos países, os fluxos das remessas dos seus emigrantes podem ser mais importantes que os fluxos de ajuda oficial pois têm a vantagem do dinheiro ir directamente para as famílias e não para instituições intermediárias, sujeito a desvios, subornos e má utilização. Têm igualmente a vantagem de ser um fluxo mais constante, menos volátil que as ajudas oficiais.

Isto serve, de uma certa forma, para reforçar a ideia de que as ajudas externas em Cabo Verde, quando aplicadas em sectores que favoreçam o crescimento da economia, têm tido no geral um impacto positivo no crescimento do país. Tratando-se o programa *MCA* de um tipo de ajuda com impacto no curto prazo e aplicado em sectores considerados chaves para o crescimento, isto serve para cimentar a ideia de que a ajuda, quando direccionada para sectores dinamizadores da economia o seu efeito é positivo, reforçando a ideia de que se os fluxos de ajudas oficiais concedidas ao país fossem

desagregados nas suas várias formas, os resultados a que se chegariam para o caso de Cabo Verde poderiam ser diferentes.

### **3.4. Síntese dos Resultados**

Considerando o modelo estimado como satisfatório, pode-se concluir que as variáveis em causa tiveram os efeitos que já se eram de esperar, apesar da insignificância estatísticas de algumas delas.

O efeito positivo das ajudas externas no crescimento económico de Cabo Verde é assim indiscutível, apesar da insignificância da *AOD*, mas quanto a isso há que salientar o facto das ajudas não terem sido separadas e também o do período de tempo em análise ser restrito. Por outro lado, é irrevogável que o programa *MCA* tem surtido um efeito positivo no crescimento da economia em causa. Conseguindo assim, concretizar os objectivos propostos no trabalho, concluindo que tanto as ajudas externas como o programa *MCA* têm tido bons resultados na economia do país.

No entanto há, que levar em consideração a evolução destes fluxos ao longo do tempo, que como se verificou, as remessas dos emigrantes têm vindo a diminuir devido a diversos factores, assim como os fluxos oficiais, aumentando os fluxos privados de capital. Não é a toa, que o país tem procurado novos vectores para ancorar o seu crescimento.

*“ (...) Os fluxos de capitais privados tendem a tomar o lugar da Ajuda Pública ao Desenvolvimento na qualidade de principal fonte de financiamento dos Países em Vias de Desenvolvimento”.*

**Relatório do Baco de Cabo Verde (1999, p.13)**

## **CAPÍTULO IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Após a apresentação dos resultados da presente dissertação, passa-se a enunciar as principais conclusões, recomendações, limitações e sugestões para futuros trabalhos de investigação.

### **4.1. Conclusões**

Cabo Verde é um país que desde, a sua independência, tem beneficiado de fluxos de ajudas oficiais, das remessas dos emigrantes e de fluxos de capitais privados, sendo que o país regista um dos mais elevados fluxos de *APD per capita* em África, o que tem permitido o desenvolvimento da sua economia e hoje é visto como um país de desenvolvimento médio. Entretanto, com a graduação do país para *PDM*, este arrisca-se a perder alguns desses financiamentos, sendo que alguns dos parceiros de desenvolvimento já diminuíram a ajuda que concediam ao país.

Os resultados chegados neste estudo estão de acordo com os que alguns dos estudos que estiveram na base deste trabalho de investigação também chegaram. As ajudas externas e os fluxos de capitais privados, como já era de se esperar, têm tido um impacto positivo no crescimento da economia de Cabo Verde. As ajudas oficiais não se mostraram estatisticamente significativas, mas como já se discutiu acima, é preciso interpretar este resultado com alguma reserva. Já os fluxos privados, como se pode ver, têm-se mostrado eficientes em suportar o crescimento da economia do país em causa.

O período em que vigorou o *MCA*, também, como se previa, mostraram-se positivamente correlacionados com o crescimento da economia do arquipélago. Trata-se de ajudas que, conforme *Radelet et al.* (2004), influenciam de forma rápida e positiva o crescimento económico de um país. O facto desse fluxo ter mostrado uma relação positiva com o crescimento da economia de Cabo Verde leva a crer que quando a ajuda é direccionada para sectores que dinamizem o crescimento da economia tem impactos positivos no mesmo.

Alguns estudos chegaram também à conclusão de que o efeito das ajudas é específico de cada país, e que este funciona melhor em países que têm um bom ambiente macroeconómico, estabilidade e menos corrupção, sendo que estas condições fazem parte dos critérios de elegibilidade propostos pelo programa *MCA*. Cabo Verde pontuou positivamente em todos eles, tendo no entanto a nota mais baixa no critério “*trade policy*”, situação que após a entrada do país para a Organização Mundial do Comércio, tem que ser melhorada.

O resultado positivo das ajudas externas no crescimento da economia de Cabo Verde vem comprovar o reconhecido sucesso do país na gestão das ajudas e vem de certa forma reforçar a confiança que é depositada no país por parte dos seus principais parceiros de desenvolvimento, que se sentiram confiante em conceder apoio financeiro ao país em forma de ajuda orçamental, sendo que *Feeny* (2005) afirma que as ajudas providenciadas em forma de suporte orçamental não tiveram qualquer impacto no crescimento económico no caso da Papua Nova Guiné, mas mais uma vez, deve-se levar em conta que o efeito das ajudas depende de cada país.

Chegando a tais conclusões, há que dizer algumas palavras sobre o facto de se afirmar que Cabo Verde se tornou num local ideal para mostrar o sucesso do programa *MCA*. De acordo com o relatório anual do *MCC* de 2005, Cabo Verde é um exemplo de como o processo de “compacto” de desenvolvimento bem sucedido funciona. Dizendo que o processo de Cabo Verde levou menos tempo de que muitos outros programas de desenvolvimento, e que rapidamente foi de encontro ao sector privado. Enfatizando que a criação do “compacto” apresentado ao *MCC* foi realizado sob consulta dos cidadãos e do sector privado para melhor identificar as prioridades nacionais, apresentando assim o programa ao *MCC* a 10 de Agosto de 2004.

Portanto, esse referido sucesso deve-se sobretudo ao tempo que o país levou a apresentar o seu programa para a aprovação do *MCC* (tendo sido o primeiro país elegível a apresentar o seu programa para a aprovação do *MCA*), pelo desenvolvimento do programa envolvendo todos os *stakeholders* em Cabo Verde e ao trabalho conjunto que o *MCA* e a entidade que gere o fundo em Cabo Verde têm desenvolvido.

#### **4.2. Recomendações de Política Económica**

A recente graduação do país como *PDM*, vem reduzir as ajudas de que este beneficia, e a verdade é que os donativos e os empréstimos em conjunto financiam à volta de 80% do *PIB* do país. Portanto, Cabo Verde tem o desafio de manter o crescimento da sua economia perante essa eminente redução dos fluxos de ajudas externas.

Entretanto, o país encontra-se perante duas incertezas em relação ao futuro:

➤ Após a mudança do governo nos *E.U.A.*, qual será o tipo de política do Governo de *Obama* relativamente à ajuda externa? Será que este se mantém nos mesmos termos?

➤ Perante a actual crise financeira, será que o montante da ajuda externa ao desenvolvimento (bilateral e multilateral) se irá manter?

Deste modo, é importante para o país aplicar os recursos disponíveis de momento, antes que estes comecem a escassear, em pontos chaves do desenvolvimento da economia. O objectivo é tornar a sua economia capaz de gerar recursos próprios, diminuindo a tão falada dependência do país dos recursos externos.

Assim, há que investir na educação e na formação de quadros superiores, capaz de gerar empregos e criar condições para que isto seja feito. Há que incentivar a iniciativa privada, e investir num turismo de qualidade e diferenciado, aproveitando as potencialidades que o país apresenta neste aspecto.

Por outro lado, perante a recente vaga de violência e assaltos, há que investir na segurança, para que os cidadãos e os visitantes se sintam seguros, de forma a não condenar à “morte” uma das maiores fontes de receitas do país, o turismo.

De forma a diminuir a peso das importações na balança de pagamentos do país e a pensar num desenvolvimento sustentado, seria interessante que os governantes começassem a pensar em investir em energias renováveis, uma vez que o país dispõe de condições naturais favoráveis (como as ondas do mar, vento e muito sol) para tais fins.

No entanto, há que se investir cada vez mais numa gestão eficiente dos fundos e dos bens públicos para que o país não perca a credibilidade de que goza junto dos parceiros de desenvolvimento e também junto dos credores.

Por fim, há que ressaltar que este trabalho de investigação, trata-se de um estudo pioneiro em que, se pretende estudar o efeito das ajudas externas na economia de Cabo Verde. E de ser também, pioneiro em investigar o efeito do programa *MCA* num dos países eleitos a beneficiar do fundo, o caso concreto de Cabo Verde. Assim, futuramente seria interessante replicar este estudo afim de ver se os resultados aqui obtidos se mantêm.

#### **4.3. Limitações do Estudo**

A investigação em causa permitiu chegar à conclusão de que as ajudas externas (fluxos oficiais e fluxos privados) influenciam de forma positiva o crescimento da economia de Cabo Verde. No entanto, este trabalho de investigação teve algumas limitações e constrangimentos.

Um desses constrangimentos é o facto de o tempo em análise ser relativamente curto, inferior a 30 anos, mas *Gounder* (1999) também teve uma amostra de 28 anos, quando analisou a relação entre a assistência ao desenvolvimento e o crescimento económico no caso de Fiji.

O facto de não ter sido possível a desagregação dos fluxos de ajuda, conforme sugere *Radelet et al.* (2004), ou de acordo com o fornecedor (bilateral ou multilateral)

conforme sugere *Nushiwat* (2007), admitindo que a ajuda bilateral e multilateral têm efeitos diferentes no crescimento da economia.

Outras das limitações, foi o tempo que algumas entidades levaram a responder a algumas solicitações feitas, e a inexistência de alguns dados para o período temporal analisado.

#### **4.4. Sugestões para Futuras Investigações**

As conclusões obtidas por este trabalho de investigação indicam que a *AOD* não tem um efeito estatisticamente significativo no crescimento da economia de Cabo Verde, apesar do seu impacto ser positivo. Assim, a primeira sugestão para futuras investigações é uma tentativa de desagregação dos fluxos de ajuda que Cabo Verde recebe, a fim de ver se a relação positiva se mantém e acima de tudo, se esta variável passa a apresentar alguma significância estatística. Outra opção seria separar as ajudas de acordo com as fontes, conforme estas fossem bilaterais ou multilaterais, uma vez que *Nushiwat* (2007) sugere que estes dois tipos de ajudas têm resultados diferentes no crescimento económico de um país e, por outro lado, *Radelet* (2006) diz que as ajudas bilaterais são mais susceptíveis de serem usadas em situações de aliança política, podendo ser mais susceptível de ser usada para fins corruptos, tendo desta forma, um impacto diferente no crescimento da economia.

Outra sugestão seria discutir a sustentabilidade a longo prazo de Cabo Verde no grupo dos Países de Desenvolvimento Médio, com a eminente redução das ajudas externas, e com a redução das remessas dos emigrantes.

Apesar do programa *MCA* ter dado um resultado positivo no estudo em questão, seria interessante, após a conclusão do mesmo, em 2010, estudar o verdadeiro efeito do mesmo, uma vez que o tempo considerado foi curto e o programa ainda estar em execução, desta forma, se poderia conhecer o verdadeiro impacto do referido programa na economia do arquipélago.

Um dos pontos do programa *MCA* é desenvolver o sector privado, visando diminuir os constrangimentos a investimentos, reduzindo os riscos de desenvolvimento dos projectos ainda na fase inicial que possam demover os investidores, assim, propunha-se que após a conclusão do referido programa, averiguar se houve de facto uma melhoria no sector privado e no financiamento de investimento.

## **BIBLIOGRAFIA**

ABUAL-FOUL, Bassam (2007) – “*Foreign Aid and Economic Growth in Egypt and Jordan: An Empirical Analysis*”, *Economic Research Forum, Cairo*;

AFONSO, Maria Manuela e FERNANDES, Ana Paula (2005) – abcd – Introdução à Cooperação para o Desenvolvimento – Revista Fórum D.E, [www.forumdc.net](http://www.forumdc.net);

ALESINA, Alberto e DOLLAR, David (2000) – “*Who Gives Foreign Aid to Whom and why?*”, *Journal of Economic Growth*, pp. 33-63;

BAD/OCDE (2008) – Perspectivas Económicas na África;

Banco de Cabo Verde (1987 - 1990) – Relatório Anual, vários números;

\_\_\_\_\_ ; (1990 - 2000) – Boletim de Estatísticas Dez Anos;

Banco de Portugal (2006/2007) – Evolução das Economias dos PALOP e do Timor-Leste, vários números;

BENITO, Carlos A. (2009) – *Harrod-Domar Growth Model*, *Department of Economics, Sanoma State University, Econ 403*, retirado de [www.google.com](http://www.google.com) em 11/02/09;

BOURGUIGNON, François and LEIPZIGER, Danny (2006) – “*Aid, Growth, and Poverty Reduction – Toward a New Partnership Model*”, The World Bank;

\_\_\_\_\_; e DRISCOLL, Allison (2003) – “*Making the Millennium Challenge Account Work for Africa*”, *The Brookings Institution Policy Brief 123*, Washington, D.C.: Brookings Institution;

BURNSIDE, Craig and DOLLAR, David (1997) – “*Aid, Policies, and Growth*” *World Bank Policy Research Paper*;

CERVO, A. L. e BERVIAN P. A. (1983) – *Metodologia Científica*, 3ª Edição; McGrawhill, São Paulo, Brasil;

CRESCO, António P. A. e GUROVITZ, Elaine (2002) – “A Pobreza Como um Fenómeno Multidimensional”, *RAE – Electrónica*, Volume 1, número 2;

DEARDORFF, Alan (2006) – “*Terms of Trade: Glossary of International Economics*”, World Scientific Publishing Co, New Jersey;

DEEGAN, Heather, (July 2004) – “*Global Agendas for Political Reform: The Case of Africa*”; Carfax Publishing, *The Round Table*, Vol. 53, No. 375, pp 355-368;

DENKABE, Philip (2003) – “*Policy, Aid and Growth: A threshold Hypothesis*”, *Department of Economics, New York*;

DOWLING, John Malcolm Jr. e HEIMENZ Ulrich (1982) – *“Aid, Savings, and Growth in the Asian Region”, Report no. 3, Economic Office, Asian Development Bank; Singh, pp. 3-13;*

DUE, Vu Minh (2006) – *“Foreign Aid and Economic Growth in the Developing Countries – A Cross-Country Empirical Analysis”, US/Central, Version 1.2;*

EASTERLY, William (2001) – *“The elusive Quest for Growth: Economists Adventures and Misadventures in the Tropics”, Cambridge: Massachusetts Institute of Technology Press;*

FAYISSA, Bichaka and NSIAH, Christian (2008) – *“The Impact of Remittances on Economic Growth and Development in Africa”, Department of Economics and Finance Working Paper Series;*

FEENY, Simon (2005) – *“The Impact of Foreign Aid on Economic Growth in Papua New Guinea”, Journal of Development Studies, 41, 1092-117;*

FIDALGO, Victor (2007) – Cabo Verde no Salão Imobiliário de Lisboa (SIL’ 2007), Seminário – *“Investimento Directo Estrangeiro, A importância do Imobiliário – Turístico”, Cabo Verde Investimentos;*

FONSECA, Carlos (Abril/Junho 2005) – *Avaliação do Primeiro Mandato de George W. Bush e Perspectivas para o Segundo, Economia Política Internacional: Análise Estratégica, nº 5;*

FRANZEL, Jeanette M. and GOOTNICK, David B. (2005) – “*Millennium Challenge Corporation, Progress Made on Key Challenges in First Year of Operations*”; *United States Government Accountability Office*;

GOUNDER, Rukmani (1999) – “*The Role of Development Assistance and Economic Growth: Empirical Results for Fiji*”, *Department of Applied and International Economics, no 99.14*;

GRAHAM, Carol and HOOVER, Matthew (2006) – “*Optimism and Poverty in Africa: Adaptation or a Means to Survival?*”, *The Brookings Institution*;

HACKETT, Ken (2006) – “*The Millennium Challenge Account, A Different Approach to Foreign Assistance*”; *Delivered to the Baltimore council on Foreign Affairs, Baltimore, Maryland, 586-589*;

HERRERA, Dona and BECHT, Andrés Margitay (2007) – “*Foreign Aid: An Introduction to the Aiding Process*”, *Virtual Colonization, Budapest University of Technology and Economics*;

HUDSON, John e MOSLEY, Paul (2001) – “*Aid Policies and Growth: In Search of the Holy Grail*”, *Journal of International Development, Dev. 13, 1023-1038*;

MAWDSLEY, Emma (2007) – “*The Millennium Challenge Account: Neo-liberalism, Poverty and Security*”, *Review of International Political Economy*, vol. 14 (3), pp. 487-509;

MCA – CV (2007) – “*Millennium Challenge Account*” – Cabo Verde, retirado de [www.mca.cv](http://www.mca.cv) em 15/11/2007;

Millennium Challenge Account (2005) – Annual Report;

Ministério dos Negócios Estrangeiros (2007) – “Relatório de Informação ao Secretário-Geral das Nações Unidas sobre o Processo de Saída de Cabo Verde da Categoria de Países Menos Avançados”, retirado de [www.governo.cv](http://www.governo.cv) em 06/03/2009;

MOREIRA, Sandrina B. (2005) – “*Evaluating the Impact of Foreign Aid on Economic Growth: A Cross-Country Study*”, *Journal of Economic Development*, Vol. 30, Number 2;

MOSLEY, P., HUDSON, J., and HORREL, S. (1992) – “*Aid, the Public Sector and the Market in Less Developed Countries: A Return to the Scene of Crime*,” *Journal of International Development*, Vol. 4, No. 2, 139-150;

NEVES, Leonardo (2007) – *Novas Dinâmicas de Segurança Internacional: Failed States*, Associação Brasileira de Estudos de Defesa;

NUSHIWAT, Munther, (2007) – “*Foreign Aid to Developing Countries: Does it Crowd-out the Recipient Countries’ domestic Saving?*”, *International Research Journal of Finance and Economics, Issue 11*;

OWUSU, Francis Y. – (2007) “*Post-9/11 U.S. Foreign Aid, the Millennium Challenge Account, and Africa: How Many Birds Can One Stone Kill?*”, *Africa Today, pp.3-26*;

PAPANEK, G. F. (1973), “*Aid, Foreign Private Investment, Savings, and Growth in Less Developed Countries,*” *Journal of Political Economy, 81, 120-130*;

RADELET, Steve (2003) – “*Will the Millennium Challenge Account Be Different?*” *The Washington Quarterly – Spring; pp 171-187*;

\_\_\_\_\_ ; CLEMENS, Michael e BHAVNANI, Rikhil (2004) – “*Aid and Growth: The Current Debate and Some New Evidence*”, *Center for Global Development*;

\_\_\_\_\_ ; (2006) – “*A Primer on Foreign Aid,*” *Centre for Global Development; No 92*;

RAO, B. Bhaskara, e TAKIRUA, Toani B. (2008) – “*The Effects of Exports, Aid and Remittances on Output: The Case of Kiribati*”, *Applied Economics*;

SOEDERBERG, Susanne (2004) – “*American Empire and «Excluded States»: The Millennium Challenge Account and the Shift to Pre-emptive Development*”, *Third World Quarterly*, Vol. 25, Nº 2, Pp279-302, Crafax Publishing;

SPERLING, Gene; HART, Tom (Mar/Apr 2003) – “*A Better Way to Fight Global Poverty*”, *Foreign Affairs*; Vol.82Issue 2, P 9 – 14,

TARNOFF, Curt (2007) – “*CRS Report for Congress – Millennium Challenge Account*”, *Foreign Affairs, Defense, and Trade Division*; Update September 24;

VERGARA, Sylvia Constant, (2000) – *Projectos e Relatórios de Pesquisa em Administração*, Editora Atlas S.A, 3ª Edição, São Paulo;

## ANEXOS

## ANEXO I – Projecção demográfica para o período 2000 – 2012

Ano	População	Ano	População
2000*	436.821,00	2007	491.419,00
2001	444.921,00	2008	499.796,00
2002	452.835,00	2009	508.633,00
2003	460.601,00	2010	517.831,00
2004	468.164,00	2011	527.269,00
2005	475.465,00	2012	536.993,00
2006	483.090,00		

Fonte: INE 2000

\*Censo 2000 ajustado

Sendo:  $Y_i = a + bx_i$ ,

$Y_i$  corresponde à população no ano  $i$ ,  $a$  intercessão na origem,  $b$  o declive da recta e  $x_i$  o ano, estima-se a equação da recta:  $População_i = -16004740,04 + (8220,165 \times ano_i)$ .

## ANEXO II – Dados Usados na estimação das variáveis usadas no modelo

	População	PIB	AOD	Fluxos Privados	Inflação
1985	312.287	12.625,00	1.444,00	2.058,00	5,88
1986	320.507	14.517,00	3.793,00	2.278,00	11,60
1987	328.727	17.095,00	2.570,00	2.560,00	4,00
1988	336.948	18.964,20	3.217,00	2.818,00	3,61
1989	345.168	20.703,84	2.979,00	3.157,00	4,65
1990	353.388	21.573,40	2.088,09	3.763,23	9,00
1991	361.608	22.930,00	2.092,55	4.125,88	6,40
1992	369.828	24.380,60	5.056,92	4.752,40	5,15
1993	378.048	29.078,20	5.096,07	5.687,08	5,91
1994	386.269	33.497,10	5.119,90	6.494,30	3,39
1995	394.489	37.705,10	6.908,70	7.937,80	8,45
1996	402.709	41.697,50	5.852,30	8.281,90	5,97
1997	410.929	45.968,30	5.753,70	6.628,10	8,60
1998	419.149	52.599,20	7.200,00	8.083,50	4,40
1999	427.369	60.934,80	6.404,40	11.337,10	4,40
2000	436.821	64.217,00	3.955,20	13.553,90	-2,40
2001	444.921	69.112,00	5.504,70	13.460,60	3,70
2002	452.835	72.816,50	5.738,80	15.390,90	1,90
2003	460.601	79.664,50	6.847,70	15.730,40	1,20
2004	468.164	82.648,70	6.527,60	15.988,60	-1,90
2005	475.465	91.285,30	6.179,30	20.690,00	0,40
2006	483.090	105.225,30	5.850,20	21.214,80	5,40
2007	491.419	116.694,86	7.302,90	19.720,90	4,50

Valores em milhões de ECV

Fonte: BCV/INE-CV/B. Portugal

## ANEXO II(a) – Dados Usados na estimação das variáveis usadas no modelo

	Poupança	PIB	Consumo	Gastos	Abertura	Exportação	Importação
1985	1,47	12.625,00	6.770,45	5.853,08	7.732,00	2.223,00	5.509,00
1986	313,00	14.517,00	7.830,00	6.374,00	9.333,00	1.490,00	7.843,00
1987	392,00	17.095,00	10.543,00	6.160,00	9.125,00	2.129,00	6.996,00
1988	-1.007,58	18.964,20	15.256,30	4.715,48	9.354,00	1.839,00	7.515,00
1989	299,21	20.703,84	16.672,36	3.732,27	10.970,10	2.077,10	8.893,00
1990	-1.693,00	21.573,40	19.165,00	4.101,40	10.930,59	2.377,16	8.553,43
1991	-2.969,30	22.930,00	21.438,00	4.461,30	11.614,85	2.448,71	9.166,14
1992	-2.719,80	24.380,60	22.294,40	4.806,00	12.988,29	1.628,28	11.360,01
1993	-1.983,30	29.078,20	25.273,80	5.787,70	14.149,14	1.664,64	12.484,50
1994	-1.520,90	33.497,10	28.095,40	6.922,60	17.819,80	1.610,10	16.209,70
1995	-3.413,60	37.705,10	31.831,60	9.287,10	20.396,70	2.039,20	18.357,50
1996	-2.891,90	41.697,50	35.115,40	9.474,00	20.312,90	2.765,50	17.547,40
1997	-2.918,70	45.968,30	37.893,00	10.994,00	28.430,70	5.846,50	22.584,20
1998	-859,18	52.599,20	42.719,00	10.739,38	28.729,90	4.441,70	24.288,20
1999	208,93	60.934,80	48.600,00	12.125,87	32.374,90	3.588,20	28.786,70
2000	512,00	64.217,00	47.836,00	15.869,00	37.196,50	5.692,60	31.503,90
2001	3.155,00	69.112,00	51.094,00	14.863,00	39.691,00	8.304,90	31.386,10
2002	2.728,50	72.816,50	54.783,00	15.305,00	42.594,60	7.314,10	35.280,50
2003	-6.048,50	79.664,50	68.751,00	16.962,00	42.066,90	5.204,80	36.862,10
2004	-6.304,50	82.648,70	72.188,40	16.764,80	43.541,10	7.192,70	36.348,40
2005	-4.051,10	91.285,30	76.324,80	19.011,60	48.815,20	8.360,70	40.454,50
2006	-1.385,80	105.225,30	84.422,90	22.188,20	65.691,00	16.909,70	48.781,30
2007	2.850,55	116.694,86	91.092,31	22.752,00	85.219,10	23.412,80	61.806,30

Valores em milhões de ECV

Fonte: BCV/B. Portugal

## ANEXO III – Evolução dos Principais Indicadores de Turismo

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Receita de Turismo*	754,10	896,6	1.552,6	1.982,5	2.900,9	4.686,4	6.539,1
Peso no PIB	2,0%	2,2%	3,3%	3,8%	4,8%	7,3%	9,5%
Contribuição para BC**	13,1%	13,0	23,4%	23,4%	26,6%	37,3%	41,1%

	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Receita de Turismo*	6.985,5	8.606,1	8.578,4	10.770,9	19.233,3	26.851,5
Peso no PIB	9,4%	10,4%	10,5%	12,0%	18,4%	23,1%
Contribuição para BC**	37,6%	42,1%	40,5%	42,6%	53,9%	61,0%

Fonte: Banco de Cabo Verde

Valores em Milhões de ECV

\*As receitas de turismo no período 1996/99, correspondem a estimativas

\*\* Contribuição para a Balança Corrente da BP = Crédito das Viagens turísticas / crédito total dos serviços